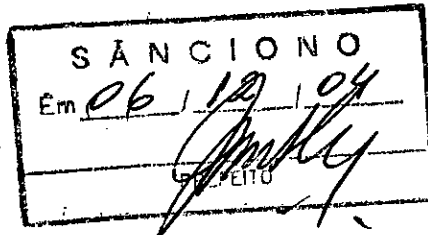




CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZ

CNPJ N.º 13.227.459/0001-74

AUTÓGRAFO DE LEI N.º 1.196/2004 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2004



Institui o Plano Municipal de Educação para o decênio de 2005-2014.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZ,

DECRETA:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre o Plano Municipal de Educação de Santa Luz para o decênio de 2005/2014, constituído em caderno único, contendo 96 folhas numeradas e devidamente rubricadas pelo Chefe do Poder Executivo e Secretária Municipal de Educação, está em consonância com os princípios e normas da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Município de Santa Luz e da legislação federal sobre as diretrizes e bases da educação nacional, estabelece diretrizes, objetivos e metas para os próximos dez anos e reger-se-à, precipuamente, pelos princípios da democracia e da autonomia, buscando sempre atingir os objetivos e princípios educacionais.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal
Santa Luz, 06 de Dezembro de 2004

Luiz Santos Silva
Presidente

João da Silva Macedo
1º Secretário

Elíde dos Santos Reis
2º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA



PME

SANTA LUZ

**“A educação do futuro:
Uma Ação de qualidade”**

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SANTA LUZ - BA
2005 - 2014

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA



PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2006-2014

SANTA LUZ - BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZ

PREFEITO MUNICIPAL:

Joelcio Martins da Silva

VICE-PREFEITO MUNICIPAL:

José Albino dos Santos Filho

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

Sonia Maria de São Pedro Cunha

COORDENADORES PEDAGÓGICOS:

Atedy Carneiro do C. Belisário

Clenildo da Cunha Peixinho

Divanei Lopes Evangelista

Issa Lamartina Costa Góes

Jamile Pereira Guimarães

Jiliane Quéssia Dias Lopes

José da Cunha Paes Machado

Karina de Lima Pedreira

Leide Lopes de Oliveira

Maria das Graças Gomes Conceição

Maria Gorete Santos Ferreira

Rildo Santos da Silva

EQUIPE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

Iracema da Costa Oliveira

Jandira da Cunha Ribeiro

João das Virgens Santos

Maria José de Araújo Santos

Tereza Cristina Evangelista de Oliveira

Ueslei Rodrigo Pereira Santos

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Atedy Carneiro do Carmo Belisário - Presidente

Divanei Lopes Evangelista - Secretária

Enoi de Souza Oliveira – Representante da Sec. de Educação do Estado,

Maria Lucineide de Oliveira Nascimento e Maria Rosangela dos Reis

Santos - Representantes dos Professores,

Francisca da Silva de Jesus e Antonia dos Santos - Representantes dos Pais,

Raimunda da Silva Santos, Divanei Lopes Evangelista, Rosimeire Silva de Aquino,

Eliude dos Santos Reis, Adelaide Carneiro de Oliveira, Clenildo da Cunha Peixinho,

Jiliane Quéssia Dias Lopes e Nilzene Pereira dos Santos - Representantes do Poder

Público

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PME DE SANTA LUZ

NOME	CARGO OU FUNÇÃO
ADELAIDE CARNEIRO DE OLIVEIRA	PROFESSORA
CLENILDO DA CUNHA PEIXINHO	COORDENADOR
DIVANEI LOPES EVANGELISTA	COORDENADORA
JOSÉ FLAVIANO P. DUARTE	VICE-DIRETOR
NILZENE PEREIRA DOS SANTOS	DIRETORA
SONIA M ^a DE SÃO PEDRO CUNHA	SECRETÁRIA M. DE EDUCAÇÃO

PARTICIPAÇÃO PARCIAL NA ELABORAÇÃO DO PME DE SANTA LUZ

NOME	CARGO OU FUNÇÃO
ADRIANA NORONHA	CORONEL JOSÉ LEITÃO
ANEDY C. DO CARMO BELISÁRIO	COORDENADORA
ANGELA MARIA DOS SANTOS	PROFESSORA
ANTONIA DILZA DE O. LIMA	COLEGIADO ESCOLAR
ANTONIA SINARA DE A. LIMA	PROFESSORA
ANTONIO ALVES DO CARMO	CONSELHO DA MERENDA
ANTONIO MAURÍCIO DE OLIVEIRA LIMA	COORDENADOR DO PETI
ANTONIO MIRANDA DE SANTANA	COLEGIADO ESCOLAR
ARIEL DOS SANTOS REIS	CONSELHO DA MERENDA
ARISLON BARRETO DE SANTANA	COLEGIADO ESCOLAR
ARLEIDE DO C. LIMA	PROF. ESC. PARTICULAR
ARLENE LIMA SENA XAVIER	SECRETÁRIA ESCOLAR
BARBARA PATRICIA DA C. C. XAVIER	COOR. 1 ^a A 4 ^ª SERIE
CLARA PRISCILA LOPES ARAÚJO	PROFESSORA
CLAUDIA DA CUNHA GOES	PROFESSORA
CLEILZA FERREIRA DE OLIVEIRA	CONSELHO TUTELAR
CLEMILSON BARRETO CONCEIÇÃO	COLEGIADO ESCOLAR
CRISTIANE OLIVEIRA	MONITORA
DANIELA DO NASCIMENTO ABREU	PROF. ESC. PARTICULAR

DEISY SILVA BARBOZA FERREIRA	PROF. ESC. PARTICULAR
DENISE DOS REIS SANTOS	DIRETORA
DIMIRALVA A. DE ALMEIDA	PROFESSORA
DORILDA OLIVEIRA	COLEGIADO ESCOLAR
EDILEUZA OLIVEIRA PAIXAO	PROFESSORA
EDIUDE NASCIMENTO DOS REIS	PROFESSORA
EDMILSON DO NASCIMENTO CUNHA	DIRETOR
EDSANDRA CARDOZO DA COSTA	PROFESSORA
EDSON DE OLIVEIRA DANTAS	REP. DO CENTRO DE FORMAÇÃO
EDUARDO LUIZ DE MELO	DIRETOR
EDUARDO SIMOES DANTAS	COLEGIADO ESCOLAR
ELENEIDE DE OLIVEIRA NASCIMENTO	CONSELHO TUTELAR
ELIZABETE SILVA CERQUEIRA	PROFESSORA
EOSMETE OLIVEIRA LOPES	PROFESSORA
ERENILDES NASCIMENTO LIMA	APAE
ERMANO DE MOURA BARRETO	APAE
ETIENE RODRIGUES	CDL
FLORDINICE BAHIA DA S. LIMA	CONS. DA CRIANÇA E DO ADOLES
GEANE DA SILVA EVANGELISTA	PROF. ESC. PARTICULAR
GENILDA FERREIRA DE LIMA	COLEGIADO ESCOLAR
GÉRCIA SILVA BARBOZA	PROF. ESC. PARTICULAR
GERVÁSIA PIMENTEL DO C. SOUZA	SUPERVISORA ESCOLAR
HILDENEIDE BRANDÃO LOPES COUTO	VICE-DIRETORA
IR. ROSA DE LOURDES SENA SOUZA	PRES. C. DA CRIANÇA E DO ADOLESC
ISABELA OLIVEIRA DE SOUZA	PROFESSORA
ISSA LAMARTINA COSTA GOES	COORD. (ED. CAMPO)
IVONE GONÇALVES DE MATTOS	PROF. ESC. PARTICULAR
IVONETE XAVIER M. SANTOS	DIRETORA
JAMILE P. DOS S. GUIMARAES	COORD. (5ª A 8ª SÉRIES)
JILIANE QUESSIA DIAS LOPES	COORD. (5ª A 8ª SÉRIES)
JOAO NUNES DO NASCIMENTO	COLEGIADO ESCOLAR
JOÃO SACRAMENTO	CORONEL JOSÉ LEITÃO
JOILMA CONCEIÇÃO P. PINHEIRO	COLEGIADO ESCOLAR
JORGEANE GOIS DE LIMA	PROFESSORA
JOSÉ CARLOS WILLIAN LOPES	COLEGIADO ESCOLAR
JOSÉ DA CUNHA PAES MACHADO	COORD. (ED. DO CAMPO)
JOSÉ HILDO PEREIRA	CORONEL JOSÉ LEITÃO
JOSÉ RAIMUNDO DIAS MADUREIRA	DIRETOR
JOVANE ANDRADE LIMA	PROFESSORA
JUSSARA SECUNDINO	DIRETORA
JUSSILEI XAVIER DA SILVA SANTOS	PROFESSORA

LEIDE LOPES DE OLIVEIRA	COOR. (CRECHES)
LIDIA MARIA PEREIRA SILVA	DIRETORA
LUIS ARAÚJO SILVA	PAI DE ALUNO
LUZANIA F. DOS SANTOS COSTA	PROFESSORA
MARCIA OLIVEIRA DA SILVA	PROF. ESC. PARTICULAR
MARCONÉ NASCIMENTO DE ALMEIDA	DIRETOR
MARIA AMÉLIA NASCIMENTO	PESQ. DO MESTRADO
MARIA CELESTE CARVALHO DOS REIS	PROF. ESC. PARTICULAR
MARIA CLAUDIA DA SILVA VITÓRIO	COORD. DO BAÚ DE LEITURA
MARIA CONCEIÇÃO S. SENA	COORDENADORA (PETI)
MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA OLIVEIRA	PROFESSORA
MARIA DAS GRAÇAS G. CONCEIÇÃO	COORD. (1ª A 4ª SÉRIES)
MARIA DE CASTRO XAVIER MELO	PROFESSORA
MARIA GORETE DOS S. FERREIRA	COOR. (ED. CAMPO)
MARIA LETICIA DA SILVA SANTOS	SIN.OS TRABALHADORES
MARIA LÚCIA EVANGELISTA CARVALHO	PROFESSORA
MARIA MARLENE ARAÚJO MELO	PROFESSORA
MARIA ROSANGELA DOS REIS SANTOS	PROFESSORA
MARIA SELMA OLIVEIRA DA SILVA	COORDENADORA
MARIA VILMA PINHO DE O. BARRETO	COLEGIADO ESCOLAR
MARIVALDA SANTOS G. MELO	PROFESSORA
MARLEIDE SANT'ANA MARTINS SILVA	DIRETORA
MARLI NUNES LIMA	PROFESSORA
MAURA MOREIRA DA SILVA	PROFESSORA
MEIRILANDE DE SANTANA MATOS	PROFESSORA
MONICA OLIVEIRA DA CUNHA	PROFESSORA
NATIVIDADE C. DE OLIVEIRA SANTOS	PROFESSORA
NELCY LIMA DA CRUZ	HISTORIADOR / POETA
OSLEI DOS REIS FERREIRA	PROFESSOR
RAIMUNDA DA SILVA SANTOS	COORDENADORA
REINALDO VIEIRA ALVES	CONSELHO TUTELAR
RENATO PEREIRA DOS REIS	PROFESSOR/COLEGIADO
RILDO SANTOS DA SILVA	COOR. (ED. CAMPO)
RITA NERE	COLEGIADO ESCOLAR
ROMILCE FERREIRA DA COSTA	PROFESSORA
ROSANE DOS S. REIS MORGADO LEITE	PROFESSORA
ROSEANE DOS S. FERREIRA ABREU	CONSELHO DA MERENDA
ROSIMEIRE PIRES HORA DOS SANTOS	COLEGIADO ESCOLAR
ROSIMEIRE SILVA DE AQUINO	SECRETARIA ESCOLAR
ROSIVALDA PIRES DOS SANTOS	COORD. (AJA BAHIA)
ROZANGELA TEIXEIRA MIRANDA	PROFESSORA

SELMA CARVALHO BARRETO SOUZA	PROFESSORA
SIDNEY SILVA DE JESUS	COLEGIADO ESCOLAR
SILVIA MARA LOPES DE A. SANTOS	PROFESSORA
SIMONE MATOS DA CUNHA	COLEGIADO ESCOLAR
SIRLEI NUNES MENDES	PROFESSOR
SIRLENE JESUS SANTANA	COLEGIADO ESCOLAR
SOLANGE O. POMPONET DA SILVA	PROFESSORA
SUELEN MARIANE E. DE ARAUJO	PROFESSORA
SUZETE LOPES DE ALMEIDA	PROFESSORA
TEREZA CRISTINA E. DE OLIVEIRA	FUNCIONARIA PUBLICA
VANDA MARIA DOS SANTOS ARAUJO	DIRETORA
VANEIDE FERREIRA DO NASCIMENTO	PROFESSORA
VANIA MARIA DOS SANTOS PEREIRA	IGREJA CATOLICA
VERUSKA DOS REIS SOUZA	PROFESSORA

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – 2005/2014
SANTA LUZ**

APOIO TÉCNICO:

UFBA – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

**ISP – CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES PARA O SETOR
PÚBLICO**

**PRADEM – PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA
EDUCAÇÃO MUNICIPAL**

FUNDAÇÃO CLEMENTE MARIANI

Coordenadora:

Adélia Luiza Portela

Vice-Coordenadora:

Ana Maria de Carvalho Luz

Consultores:

Ana Maria de Carvalho Luz
Cátia Verônica Nogueira Dantas
Euzelinda Nogueira Dantas
Marcos Paulo Pereira da Anunciação
Maria Couto Cunha

Bolsistas:

Vaneiza Lemos Andrade
Tércio Rios de Jesus

Estagiários:

Mariana Gomes Santos
Railda Maria Bispo de Jesus
Antonia Gonçalves Santana

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – 2005/2014
SANTA LUZ**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
A CONSTRUÇÃO DO PME EM SANTA LUZ	10
1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	11
1.1 – Aspectos históricos	11
1.2 – Aspectos geográficos	15
1.3 – Aspectos demográficos	19
1.4 – Aspectos econômicos	20
1.5 – Aspectos sociais e culturais	22
1.6 – Aspectos educacionais	26
2. DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO	28
2.1 – A educação como política pública.	28
2.2 – A rede escolar	34
2.3 - Níveis e modalidades de ensino	49
2.3.1 – Educação Infantil	49
2.3.2 – Ensino Fundamental	50
2.3.3 – Educação de Jovens e Adultos	56
2.3.4 – Educação no campo	56
2.3.5 – Educação especial	59
2.3.6 – Outros níveis e modalidades	60
2.4. Recursos financeiros para a educação municipal	61
3. OBJETIVOS GERAIS E PRIORIDADES	74
4. DIRETRIZES E METAS	77
4.1 – Educação Infantil	77
4.2 – Ensino Fundamental	80
4.3 – Outros níveis de Ensino	84
4.4 - Educação de Jovens e Adultos	86
4.5 – Educação Especial	88
4.6 – Educação do Campo	90
4.6 – Gestão do Sistema de Ensino	93
5. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	95

A P R E S E N T A Ç Ã O

Este documento constitui o Plano Municipal de Educação de Santa Luz, que estabelece diretrizes, objetivos e metas para os próximos dez anos, elaborado a partir da realização de um diagnóstico da educação no município realizado pela comunidade escolar e demais atores da sociedade.

Seu objetivo maior é o de propiciar aos cidadãos luzenses uma educação de qualidade, que lhes permita não apenas atuar na sua comunidade, como criar espaços de interlocução efetiva com a sociedade mais ampla. Almeja-se, pois, para o município, uma educação pública pautada nos valores da solidariedade e da participação, o que só se torna possível através de uma gestão democrática.

A todos que contribuíram na elaboração deste Plano os agradecimentos da Comissão de Coordenação e a convocação para que possam, doravante, como autores e partícipes na sua elaboração, acompanhar passo a passo a sua implementação, colaborando, avaliando e acompanhando concretização das metas estabelecidas e zelando para que o poder público cumpra efetivamente o seu papel na educação do município.

A Comissão de Coordenação do Plano
Municipal de Educação de Santa Luz

A CONSTRUÇÃO DO PME EM SANTA LUZ

O presente documento consolida idéias e propostas que traçam a trajetória desejada para a educação em Santa Luz, a partir de proposições da equipe de coordenação do PME e de diversos segmentos da sociedade local.

Para sua realização, inicialmente foi nomeada uma Comissão Permanente de Coordenação, a qual recebeu orientação direta da equipe do PRADEM – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Municipal, do Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público (ISP) da UFBA.

Essa comissão, após orientação do PRADEM, dimensionou uma equipe mais ampla, que contou com a colaboração de Coordenadores Pedagógicos, diretores municipais e estaduais, representantes de Conselhos, igrejas, CDL, Sindicatos, tesoueiros e demais funcionários públicos, como atores da sociedade participantes do processo coletivo de construção do Plano Municipal de Educação de Santa Luz para a próxima década.

No primeiro capítulo deste Plano, é feita a caracterização do município, descrevendo-se seus aspectos históricos, geográficos, demográficos, econômicos, socioculturais e educacionais. Essa caracterização constitui um pano de fundo que foi considerado no estabelecimento das diretrizes e metas.

No segundo capítulo, apresenta-se um diagnóstico da situação educacional do município, realizado a partir de estudos empreendidos pela equipe escolhida, com a colaboração de representantes da comunidade educacional de Santa Luz. Nesse capítulo, verifica-se como a educação é tratada no âmbito das políticas públicas estabelecidas para o município, traça-se um retrato analítico da rede escolar estadual, municipal e particular e analisa-se a situação dos diversos níveis e modalidades de ensino, bem como os recursos financeiros destinados à educação do município.

O terceiro capítulo constitui o cerne deste Plano, pois ele contém as diretrizes, objetivos e metas definidos para a educação de Santa Luz nos próximos dez anos. Do mesmo modo que o diagnóstico, esta parte do Plano foi construída a partir de processo participativo amplo, com a contribuição de todos que estão indicados nos créditos de abertura do texto.

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 – Aspectos históricos¹

Santa Luz originou-se de uma fazenda denominada Santa Luzia. As terras dessa fazenda eram de propriedade de uma viúva portuguesa, que tinha como procurador o português Sr. Antonio Lopes da Silva. Esse procurador comprou a fazenda da citada viúva, passando a residir nela com sua família. Depois de algum tempo, nasceu Manoel Lopes da Silva, que ali se estabeleceu a partir de 1880. De acordo com BARRETO (1943),² durante uma visita a Salvador, José Lopes descobriu que a estrada de ferro Leste Brasileira passaria por dentro de sua propriedade e conseguiu evitar essa passagem, construindo uma casa que seria a estação de trem, a primeira construção no local que vem a ser a atual sede.

Segundo depoimento de Nelcy Lima da Cruz, poeta, historiador e responsável pela Biblioteca Municipal, José Lopes sabia onde a estrada de ferro passaria e, por isso, construiu a casa no local, de forma paralela à estrada de ferro, para o que estudou sua direção rumo a Salvador. Desse modo, poderia receber uma indenização. E toda essa área passou a ser reserva da Leste Brasileira, que inaugurou a estação ferroviária em 15 de setembro de 1884.

Desde então, começaram a chegar pessoas de Monte Santo e Gavião, no estado da Bahia e de Pesqueira, em Pernambuco. Além dessas, chegaram também as famílias Cardoso e Leitão, de origem portuguesa e holandesa, que aqui passaram a residir, construindo suas casas nos arredores da fazenda, a qual terminou por transformar-se, em 1890, na Vila Santa Luzia, pertencente à Comarca de Queimadas. Aurino Lopes da

¹ Segundo pesquisas realizadas em fontes já existentes, há várias versões sobre o histórico do município de Santa Luz, algumas pautadas em depoimentos orais de moradores mais antigos e outras em registros escritos e documentados. O presente estudo foi elaborado a partir dessas diversas vertentes, uma vez que todos os aspectos históricos são importantes, já que são construídos pelo homem, autor e personagem principal da história viva.

² BARRETO, João Muniz. Município de Santa Luzia - sua história de Fazenda a cidade. Tipografia São Miguel, 1942.

Silva, descendente da família fundadora dessa terra, descobriu, através de seu pai, que os documentos da Fazenda Santa Luzia haviam sido feitos em Água Fria. Ele os procurou e descobriu que já se encontravam em Queimadas, de onde foram trazidos pelo Senhor Elízio Ferreira dos Santos, mais conhecido como o Sr. Dudu da Serraria, cuja escritura lavrara a mão.

As primeiras casas foram de Manuel Lopes, José Leitão, Vitor de Santos Sé, Quintino José Esteves, e a do Coronel Manuel Sabino, situados hoje sede da Prefeitura Municipal. A primeira capela foi construída pelos coronéis José Leitão e Manuel Sabino.

Com a certeza do desenvolvimento da população, logo surgiram numerosas casas, afluindo considerável número de pessoas residentes nas adjacências. Poucos anos depois, o Ato estadual de 28 de Julho de 1840 cria o distrito policial com sede no Arraial de Santa Luzia, no município de Queimadas. Mais tarde, pela lei municipal nº 11 de 4 de abril de 1918, foi o Arraial de Santa Luzia elevado à categoria de Sede de Distrito de Paz, ocorrendo sua instalação a 20 de Setembro de 1920.

A primeira subprefeitura foi criada em 1933, pelo Decreto estadual nº 8.603 de 03/11/1933, e Ezequiel Cardoso da Costa foi nomeado como sub-prefeito pelo Decreto - Lei nº 8.694 de 21/11/1933. Santa Luzia emancipa-se, tendo oficialmente como seu primeiro prefeito o Sr. Ezequiel Cardoso da Costa. Nessa época, o presidente do Brasil era Getúlio Vargas. O nome da cidade é trocado pelo Decreto Federal nº 311 de 20/03/1938, em razão de existir uma outra cidade com o mesmo nome no Estado, o que gerava grandes problemas e fazia com que quase sempre as correspondências fossem extraviadas. Sendo assim, a novel cidade passa a denominar-se Santa Luz.

Segundo a Lei Orgânica do Município, quem nasce em Santa Luz é luzense, mas, de acordo com memorando que data 27/10/98 nº 027/98 do DIPEQ/BA, quem nasce em Santa Luz é luzinense.

Há fatos e personagens que marcam a história do município de Santa Luz. São vultos históricos e acontecimentos que terminaram por originar e fazer parte dos primórdios

culturais da terra. Começamos por citar o segundo e terceiro Prefeitos, Antonio Negreiro Falcão e José Marques de Souza, os quais, numa jornada política, foram o ponto de partida para que hoje se contasse com o atual prefeito, o Sr. Joelcio Martins da Silva.

Não restam dúvidas de que o primeiro presidente da Câmara de Vereadores, José dos Santos Lima, também contribuiu para a atuação do Poder Legislativo do município em 1936.

A história religiosa começou com a chegada do Padre Odegar de Freitas, perfumando a vida de todos com a essência de Cristo e a necessidade de alimentar corações com o apoio espiritual.

A fundação da Igreja Matriz aconteceu em 1908 e foi em parte destruída, mas ampliada em 1948. A padroeira da cidade ficou sendo Santa Luzia, devido ao fato de essa ser a santa de devoção da senhora viúva portuguesa, à qual pertencia a fazenda que deu origem à cidade e que também tinha o nome da Santa.

No que diz respeito à saúde, o marco foi o Dr. José Martins Leitão Guerra, como precursor da medicina local, cuja família teve um nome relevante e que perdura até hoje. Em 1984, inaugura-se o Centro de Saúde e amplia-se o Hospital Municipal em 1994, havendo, neste ano de 2004, nova ampliação, o que traduz a importância que se dá à saúde no município, que hoje conta com diversas ações e programas, tais como: Vigilância Sanitária, Programa de Combate a Carências Nutricionais, Atendimento Odontológico, Combate à Hipertensão, Prevenção de Diabetes Mellitus, entre tantos outros.

Um dos vultos históricos que brilham como marco primordial na educação é a primeira professora, Tarcilina Borges de Barros. Certamente sua participação foi fundamental para que a educação tivesse hoje o seu lugar. Como frutos dessa educação, o município contou com muitos cidadãos construtores dessa história, escritores, pintores, historiadores, professores, fotógrafos, jornalistas e demais artistas, estrelas luzenses. Alguns já brilham no céu, como Almir Barros, pintor, e o historiador e jornalista João

Muniz Barreto. Atualmente, destacam-se os pintores José Tiago Filho, Dema Reis, Mauritano, Cícero Costa e outros, os escritores Guido Guerra e Nelcy Lima da Cruz, também historiador, os escultores Boaventura Abreu, Everaldo Abreu, Laércio Abreu e Antão. Todos esses personagens ou autores enriquecem a história e a cultura do município, transformando-as numa obra de arte.

Para situar mais alguns fatos históricos no espaço e no tempo, observe-se o quadro a seguir, com acontecimentos que marcaram a história do povo luzense:

Quadro 1 – Marcos históricos do município de Santa Luz

1880 – 1890	1891 – 1900
Primórdios / Inauguração da Estação Ferroviária, Construção do Casarão e criação da Subdelegacia de Polícia	Instalação da Agência dos Correios
1901 – 1911	1912 – 1920
Construção do Tanque Grande	Fundação da Sociedade Musical Lira Popular Construção do Açude Municipal Construção do Açude Tapera
1923 – 1933	1934 – 1944
1º Jornal Luzense Nomeação da primeira Subprefeitura	Posse do 1º prefeito nomeado Elevação de Vila a Município Introdução da primeira muda de sisal Inauguração da Empresa Luz e Força Construção do Matadouro Municipal e Coreto Instalada a coletoria Estadual 1º Livro contando a história de Santa Luz pelo jornalista João Muniz Barreto
1945 – 1955	1967 – 1977
Fundação do primeiro Colégio José Leitão	Instalação do primeiro telefone Inauguração do primeiro ginásio: Tarcilina Borges de Barros Inauguração do CENOS Instalação da Comarca de Santa Luz
1978 – 1988	1989 – 1999
Fundação do Santa Luz Sisal Clube Criação do Complexo Policial Inauguração da Escola Municipal Irmã Dulce	Criação do Pelotão da Polícia Militar Inauguração da Praça Major Benício Viana Inauguração do Centro de Abastecimento Publicação do segundo livro sobre a história de Santa Luz. de Nelcy Lima da Cruz Criação do Conselho Municipal de Educação Inauguração do Prédio da Câmara de Vereadores atual Inauguração da Escola Municipal Dulcelita Bahia de Araújo Inauguração da Escola Municipal Açude Tapera

Perenização do Rio do Peixe
Criação do Sistema Municipal de Ensino
Construção da Escola Municipal Sonia Maria de São Pedro Cunha, da Escola Municipal Pedro Álvares Cabral e da Escola Municipal Rio Verde
Ampliação da Praça Ezequiel Cardoso da Costa
Construção do Estádio Joelção
Inauguração de Barragens
Independência do Projeto Escola Ativa
Criação do Parque de Lazer
Inauguração do Ginásio de Esporte
Inauguração de diversas praças em várias ruas e bairros
Pavimentação em diversas ruas

Fonte: www.santaluz-ba.com.br

Outros fatos relevantes envolvem a história do município, já que a mesma é móvel, produto do homem que, a todo instante, a amplia e enriquece, o que poderá ser contemplado dentro de outros aspectos sociais, demográficos, geográficos, culturais ou educacionais, que não deixam de ser história e construção. Com certeza, essa história não acaba aqui. Outros a continuarão e, após cada década, novos dados serão acrescentados.

1.2 – Aspectos geográficos

O município de Santa Luz localiza-se na zona fisiográfica da região sisaleira, à margem direita do rio Itapicuru, totalmente incluído no polígono das secas. Apresenta uma extensão territorial de 1.569 km² e está compreendido entre as coordenadas geográficas de 11° 15' 13 "de latitude sul, 39° 22' 29" de longitude oeste, com uma altitude de 363 m e uma área terrestre equivalente a 1.659 km².

Santa Luz pertence à Microrregião de Serrinha. A distância rodoviária da capital do Estado é de 258,5 Km e de Serrinha, município pólo da Microrregião, 84 Km.

Seu clima predominante é o tropical semi-árido (quente), com uma temperatura média anual de 23,8°. Registra uma precipitação pluviométrica média anual de 489 mm, sendo a mínima de 149 mm e a máxima de 1203 mm.

Quanto aos aspectos pedológicos, Santa Luz possui uma diversidade de solos: vertissolos, comumente denominados de massapê que, quando encharcados, apresentam-se pegajosos, com drenagem, lenta permeabilidade e propensos à erosão, sendo originados de materiais ricos em cálcio e magnésio. São utilizados na cultura do algodão, feijão e milho. Dentre os tipos de solo de Santa Luz, podemos destacar os seguintes:

Quadro 2 – Tipos de solos do município de Santa Luz

Solos Regossolos	Solos Planossolos
Compreendem solos arenosos medialmente profundos, médios a altos teores de feldspatos potássicos nas frações de areia e cascalho. São solos muito utilizados para a agricultura, pois possuem uma grande reserva de nutrientes para as plantas.	Compreendem solos normalmente com argila, de atividades altas, com valores médios e altos para a situação de bases, reação moderadamente ácida e praticamente neutra.
Solos Solonetz solidificados	Solos Litólicos
São solos ácidos na parte superficial e alcalinos nos horizontes subjacentes. Caracterizam-se por serem solos halomórficos. Esses solos são muito pouco utilizados, em função de restrições fortes, como elevada saturação com sódio, má drenagem, chuvas escassa e fortes limitações ao manejo.	São pouco desenvolvidos, rasos, moderadamente drenados e comumente muito susceptíveis à erosão, devido ao relevo e à sua reduzida espessura.

Fonte: Pesquisa feita pela UEFS

O uso intensivo e indiscriminado dos solos, nas regiões semi-áridas de Santa Luz, normalmente provoca degradações adicionais, com a eliminação da camada produtiva, tornando-os incapazes de sustentar a vida. É o que atualmente é chamado de desertificação. No geral, as causas mais comuns de degradação observadas são o uso do fogo, o desmatamento, o uso de fertilizantes e de outros produtos químicos.

A vegetação da região é caracterizada pela caatinga arbórea aberta com palmeiras, contato caatinga – floresta estacional e caatinga arbórea aberta, sem palmeiras. As ocorrências minerais existentes são cobre, diamante, manganês, mármore, cromo, ouro, pedra para construção, calcita e cristal de rocha.

O relevo predominante é Pediplano e Tabuleiros Interioranos. Destaca-se a Serra do Pintado, cujo pico se inicia na divisão, em linha reta na estação Itiruçu, fazendo divisão

Com o município de **Nordestina**, o limite começa no Rio Itapicuru-Açu, na foz do Rio do Peixe de Baixo, subindo por este que, no seu curso superior, tem o nome de Riacho da Onça, até o ponto do lugar Mocambo.

Com o município de **Araci**, o limite começa no lugar Várzea da Pedra, indo daí, em linha reta, até a nascente do Riacho do Saco ou Ribeirão e por este abaixo até a sua foz, no Rio Itapicuru-Açu.

Com o município de **Valente**, o limite começa no Rio Jacuípe, no marco do lugar Cachoeirinha, indo daí em reta até o pico da Serra do Pintado e até a Estação de Itareru, da Viação Férrea Federal Leste Brasileira (Rede Centro Atlântica).

Com o município de **São Domingos**, o limite começa no Rio Jacuípe, no lugar Cachoeirinha, seguindo em reta, em direção ao Pico da Serra do Pintado, até encontrar a Fazenda Queimada do Rumo.

Com o município de **Queimadas**, o limite começa no marco do lugar Batista, à margem do Riacho da Onça, desce por este, que, no seu curso inferior, tem o nome de Rio do Peixe de Baixo, até à sua foz, no Rio Itapicuru.

Com o município de **Conceição do Coité**, o limite começa no marco do lugar Várzea da Pedra, seguindo em reta até a Estação de Itareru.

Com o município de **Cansanção**, o limite começa no Rio Itapicuru-Açu, desce pelo Talvegue e deste até a foz do Riacho do Saco, ou Ribeirão.

Com o município de **Retirolândia**, o limite começa no ponto existente da Estação de Itareru, na estrada de ferro do São Francisco.

Com o município de **Capim Grosso**, o limite começa no marco do ponto existente do lugar chamado Batista, até a margem do Riacho da Onça.

1.3 – Aspectos demográficos

No que diz respeito aos aspectos demográficos, deve-se observar a população do município e sua distribuição urbana e rural, demonstrando o crescimento e o desenvolvimento da população.

Tabela 1 - População residente do município de Santa Luz, por situação de domicílio, segundo uma série histórica.

Ano	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total	t. de Urbanização
1970	4.787	11.525	16.312	29,3%
1980	7.579	15.540	23.119	32,8%
1991 (1)	12.704	17.930	30.634	41,4%
2000	17.966	12.989	30.955	58%

Fonte: IBGE

A tabela demonstra a estabilização do crescimento da população total, no período situado entre 1991 e 2000. A causa dessa estabilização é o controle da natalidade e a emigração para grandes centros, em especial para São Paulo, em razão de dificuldades socioeconômicas.

A diminuição recente e significativa da população rural também é mostrada nessa tabela, como consequência do crescimento da taxa de urbanização, o que revela êxodo do campo para a cidade, pois não existe uma política pública que fixe o homem do campo em sua própria terra.

Tabela 2 - População residente do município de Santa Luz, por faixa etária, nos últimos Censos

Faixa etária	1991		2000	
	Nº Absoluto	%	Nº Absoluto	%
0 a 4 anos	4.083	13,3	3.102	14
5 a 9 anos	4.502	14,5	3.484	11,3
10 a 14 anos	4.415	14,2	3.853	12,5
15 a 29 anos	3.790	12,2	3.885	12,6
20 a 29 anos	4.724	15,2	5.219	17
30 a 39 anos	3.149	10,1	3.824	12,5
40 a 49 anos	1.078	3,4	2.711	4
50 a 59 anos	1.539	4,9	2.240	7,3
60 a 69 anos	1.110	3,5	1.323	4,3
70 anos e mais	908	2,9	1.314	4,2

Fonte: IBGE, Censos 1991 e 2000

A tabela 2 permite verificar que, de 1991 a 2000, houve uma redução quantitativa nas faixas de população infantil (de 0 a 9 anos) e um aumento da população de idosos (a partir de 50 anos), fenômeno que se reproduz em diversos municípios do estado da Bahia. Permanece bastante bem representado o segmento de jovens e adultos, o que precisa se refletir na oferta de educação para cidadãos situados nessas faixas de idade.

1.4 – Aspectos econômicos

Durante muitas décadas, a economia de Santa Luz esteve fortemente vinculada à pecuária, ao sisal, e à extração da pedra e do ouro. O município era internacionalmente conhecido pela exportação do sisal e do ouro.

Apesar de a produção do sisal sofrer uma queda significativa, sua produtividade ainda é considerada a principal atividade econômica do município, seguida da cultura e exportação da fibra e extração da pedra natural e do minério. Atualmente, a área destinada à colheita do sisal ou agave é de 19.500 hectares, sendo que a área plantada é de 18.000 hectares. A quantidade produzida é de 25.020 toneladas. O rendimento médio é de 1.390 quilogramas/hectares.

A agricultura de subsistência se destaca com o cultivo de milho, feijão, mandioca, batata doce, melancia e caju (castanha), conforme indica o quadro a seguir.

Quadro 3 – Agricultura em Santa Luz

Descrição	Área destinada	Área plantada	Unidade
Caju	2	2	Hectare
Laranja	1	1	Hectare
Manga	1	1	Hectare
Feijão	550	-	Hectare
Mandioca	350	250	Hectare
Milho	550	-	Hectare
Melancia	4	4	Hectare
Batata doce	15	15	Hectare
Coco-da-Baia	2	2	Hectare

Fonte: IBGE

Existe uma casa de farinha permanente no Povoado de Nova Campina, o que dá sustentação aos produtos derivados do cultivo da mandioca.

A pecuária é outra atividade de destaque no município, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos e outros. Pode-se verificar a dimensão da atividade pecuária no município a partir dos dados apresentados no quadro 4, coletados em pesquisa na Internet.

Quadro 4 – atividade pecuária em Santa Luz

Descrição	Unidade
Bovinos	15.800 cabeças
Galinhas	7.560 cabeças
Galos, frango pintos	21.500 cabeças
Outros porcos e porcas	6.850 cabeças
Ovinos	36.500 cabeças
Porcas criadoras	900 cabeças
Produção de leite	928 litros
Produção de ovos	1.000 dúzias
Vacas ordenhadas	3.200 cabeças

Fonte: IBGE

Em primeira instância, na economia de Santa Luz, predomina a exploração da madeira, que teve início durante a construção da linha de ferro e da estação ferroviária, ampliando-se até os dias atuais, o que vem provocando o desmatamento da região e prejudicando, assim, a flora e a fauna regionais. Outro grande potencial de Santa Luz é o mineral, explorado com forte crescimento econômico: cromo, manganês, grafite, cristal, cádmio, além de diversas pedreiras.

O desenvolvimento econômico do município tem sido ampliado em laços de comercialização dos produtos, financiamentos e incentivo através de instituições como Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e SICCOB, estimulando, assim, o retorno significativo dessas culturas, além do estímulo à criação de galinha caipira, apicultura, piscicultura, avicultura, entre outros.

Na história da economia do município destacam-se os seguintes momentos:

Quadro 5 – Ciclos econômicos do município de Santa Luz

O corte da lenha	1884
O comércio da pele	1887
A criação de gado	1889
Surgimento da primeira feira livre	1890
Extração do ouro	1932
1997 a 2004	Crescimento de Micro-empresas

Fonte: IBGE

As atividades econômicas do município se desenvolvem ainda através do comércio varejista, atacadista e da indústria de extração e tratamento de minerais, têxtil, produtos alimentares, madeira, editora gráfica e construção.

A renda *per capita* do município é de 115,116, sendo o índice de desenvolvimento humano 0,646, ainda muito baixo para a sua população, uma vez que o índice de desemprego é muito grande. O vínculo empregatício se concentra, em sua maior parte, na Prefeitura Municipal. A agência de qualificação profissional que existe no município é a UNOPAR (Universidade Norte do Paraná). Destacamos, também no município, o Instituto Mauá, que oferece cursos de pintura, corte e costura, entre outros.

1.5 – Aspectos sociais e culturais

Em se tratando de aspectos sociais, culturais e esportivos, podemos citar as festas populares como o folclore, argolinhas, reisado, vaquejada, bumba-meu-boi, festas juninas, festa de emancipação política, festa da padroeira, Natal, Carnaval, São João, a Missa de Vaqueiro, entre outras. Esses festejos eram tão importantes, que marcavam e marcam a cultura do município. Em época de Carnaval, muitos preferiam deixar a capital para curtir a tranquilidade do carnaval de Santa Luz. Com o tempo e devido à própria dificuldade climática e financeira do município, o carnaval foi se extinguindo e, no seu lugar, ficou a festa de aniversário da cidade, que também, em alguns anos, devido à seca e outras dificuldades, deixou de acontecer.

Em Santa Luz, desde 1999, a equipe de educação vem tentando resgatar a cultura do município promovendo a Semana da Cultura, paralela ao aniversário da cidade. O

Arraiá da Educação faz reviver o São João, e o dia do Folclore traz à memória histórias populares. Atualmente, uma equipe vem elaborando, junto às escolas, um Projeto para reestruturar o Memorial de Santa Luz, a fim de perpetuar a sua história com seus aspectos cronológicos, culturais, artísticos e educacionais de forma viva, com um ambiente que possa ser visitado e para pesquisas.

Dentro dessa cultura e de sua diversidade, encontram-se personagens que manifestam diferentes modalidades de arte. Entre elas o artesanato, representado pelo Sr. Antão José da Silva, a cerâmica e a madeira por Ivinho, Lady Machado, Boaventura Abreu, Everaldo Abreu e Laércio Abreu, o trabalho com a pedra por Florisvalda Ferreira, Suolane Ferreira, Eliene Cezar, Tereza Cristina Evangelista de Oliveira, Lêda Macedo, Marleide Martins, Ariosnaldo, Gessivaldo Dias, Reinilda Santos da Silva, Diego Oliveira e outros. Esses artesãos luzenses embelezam a vida, confeccionando arranjos, flores, ornamentais de festas etc. As artes plásticas também refletem seu brilho, através dos artistas Mauritano Lopes, Rogério Balduino, Almir Barros, Dema Reis, Cícero, João das Virgens, Maricélia Pedreira, José Tiago Filho, José Aldair, Adilson Mascarenhas, Elton Vieira.

O que dizer dos escritores? Eles têm contribuído no romance, na poesia, na literatura de cordel, na história, no jornalismo etc. Destacam-se, nessa arte, Nelcy Lima da Cruz, Anedy Carneiro do Carmo Belisário, Maria das Graças Gomes Conceição, José da Cunha Paes Machado, Jussara Secundino, José Nunes da Silva Neto, Guido Guerra, Jorge Góes, Edisvânio Nascimento, Reinaldo Mario de Jesus, Emília Leitão, Jailma Pedreira e Osmival Lopes.

O teatro teve seus primórdios em Santa Luz nas décadas de 50 e 60, com a Sr^a Eurides, o Sr. Paulo e o Sr. Dega. Nos anos 70, destaca-se o grupo teatral Luzense, com a presença de Natanael, Sílvio e Dodô, e, nos anos 80, com o Grupo Guido Guerra. Deu-se continuidade com o Grupo Mandacaru, Baú de Leitura e Grupo Artístico Lopes Dance (GALD).

A música é arte riquíssima no município, destacando-se os conjuntos musicais: Banda Brilho, Manoelito Pé de Serra, Deval Motoqueiro apaixonado, Os Bacanas, Halley

Musica, Dragões de Pelúcia, Ação Musical, Grupo Ases Musical, Agito Samba, Grupo Percussão, Manos Luz, Gerson & Cia, Vitrola Pop, Grupo Alvorada, Neném Sanfoneiro, Mizinho Barros, Raimundo Barreto e o Grupo Filarmônica. Também se destacam os corais como Luzes de Pentecostes, Doce Canto, Vozes para Cristo, e Luzes de Belém.

Existem grupos carnavalescos que fazem brilhar as festas de emancipação da terra luzense: As Piranhas, Ovelhas Negras, Unidos da Muniz, Horácio Rêgo, Paranóia e outros.

A capoeira, em Santa Luz, também marca a história dessa manifestação cultural, com o grupo Cangazumba.

As festas populares, como Queima de Judas, Dia do Folclore, Reisado, Festas Juninas, Festa de Emancipação Política, Festa da Padroeira e Natal são eventos que denunciam a cultura do povo, demonstrando suas manifestações religiosas, como as rezas e carurus, entre outras manifestações.

As religiões existentes na comunidade também explicam a liberdade de expressão e a diversidade religiosa. Ao lado do Catolicismo, destacam-se as Igrejas Batista, o Espiritismo, os Adventistas, o Candomblé, os Testemunhas de Jeová, a Igreja Assembléia de Deus, Universal do Reino de Deus, Avivamento Bíblico, Cristã do Brasil, os Missionários, entre outros grupos.

Outros eventos culturais enriquecem a terra, nos quais se envolvem estudantes, comunidades e demais entidades. Entre eles, podemos citar Miss Estudante, Miss Santa Luz, Miss Mirim, Show de Calouros, Broto Verão, Festa dos Motoqueiros, Exposições Agropecuárias, Festa dos Caminhoneiros, Missa de Vaqueiros, Vaquejada e Desfile Cívico da Independência.

O esporte, como riqueza e manifestação cultural, também encontra força considerável em Santa Luz, com destaque para o futebol, o vôlei, o handebol, o basquete, o ciclismo, a corrida de cavalo. Entre esses, o futebol sobressai, pois cada povoado tem seu time específico.

Para fazer acontecer a cultura, o lazer e a diversão, fazem-se necessários espaços que proporcionem comodidade, bem-estar e, sobretudo, a integração entre as pessoas. Como espaços culturais e de lazer no município de Santa Luz destacam-se: O Memorial, Auditório das Escolas, Auditório da Câmara de Vereadores, Centro Paroquial Emmanoela Oliveira, Estádio Mário Felipe, Estádio Joelção, AABB, Campos de Várzea, Lira Cultural Clube, Santa Luz Sisal Clube, Roxunó Fest, Ohnis ' Bar, Clube Sagitarius, Parque Pindobeira, Ouro Clube (Calombí), Parque Cunha e Macêdo, Mini Clube São João (Rio do Peixe), Parque de Lazer, Biblioteca Municipal, bibliotecas das escolas e Ginásio de Esporte.

As pessoas que visitam a terra têm o privilégio de conhecer alguns pontos que se destacam como pontos turísticos: o Morro dos Lopes, o Açude tapera, o Memorial, a Magnezita, a Igreja Matriz, a Estação Ferroviária, o Casarão, a Serra da Caraconha, a Barragem do Rio do Peixe, a Barragem Riacho dos Passos, praças, Parque de Lazer e Açude Tapera.

A organização da Sociedade Civil, no município, é representada pela Pastoral da Criança e a Liga Desportiva Luzense, bem como por associações comunitárias de moradores, Associação das Mulheres Luzenses e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Pedra, APLB, CEAIC e SICOOB.

As condições de vida da população com relação à saúde, embora com sérias dificuldades, têm avançado bastante, pois a Secretaria Municipal de Saúde do município encontra-se informatizada desde o ano de 1999, com implementação do Sistema de Internet Web e E-mail (saudeSantaLuz@gd.com.br). Também tem sido aumentado o quadro de pessoal de nível técnico especializado que opera o sistema de informações ambulatoriais do SAI/SUS, SINAN, SISVAN, API, PNI, SINASC, SIM e SIAB, representando um esforço no sentido de sistematizar as informações e servir de apoio ao gestor municipal de saúde e ao CMS, no processo de gerenciamento, planejamento, controle e avaliação da Assistência Ambulatorial.

O atendimento proporcionado pela Secretaria de Saúde se desenvolve através de atividades referentes a marcações de exames de alta e média complexidade em

Salvador, agendando viagens, e possibilitando a realização de outros exames no âmbito municipal. Semanalmente, viajam para Salvador e Feira de Santana cerca de 64 pacientes para realizar exames, o que anualmente resulta num atendimento de cerca de 4000 pessoas. Atualmente, o Hospital Municipal está sendo ampliado. O Conselho Municipal de Saúde reúne-se periodicamente e de forma ativa, observando as atividades realizadas pela SEMUSS e os projetos a serem aprovados, apurando denúncias e solicitações da comunidade e outros temas de relevância para a saúde dos municípios. Todos os anos, ocorre a feira de Saúde, um dia de exposições e prestações de serviços à comunidade, contribuindo para a divulgação e conscientização do povo quanto aos cuidados que devem ter com a saúde.

1.6 – Aspectos educacionais

No que concerne aos aspectos educacionais, observem-se as tabelas e os gráficos demonstrativos apresentados a seguir, que expressam a situação no município em relação ao índice de analfabetismo por faixa etária rural e urbana, o que vai diagnosticar os avanços e as necessidades a serem contempladas no Plano Municipal de Educação, e que irão constituir as metas a serem cumpridas nos próximos dez anos.

Tabela 3 - População residente do município de Santa Luz por faixa etária e condição de alfabetização em 1991 e 2000

Faixa etária	1991						2000					
	Pop. Total		Urbana		Rural		Pop. Total		Urbana		Rural	
	Tot	Anf.	Tot	Anf.	Tot.	Anf.	Tot.	Anf.	Tot.	Anf.	Tot.	Anf.
5 a 9 anos	4.502	2.426	1.725	1.262	2.776	2.426	3.840	2.053	1.902	1.083	1.582	970
10 a 14 anos	4.415	1.815	1.716	454	2.699	1.361	3.853	865	2.063	197	1.790	188
15 a 19 anos	3.790	1.125	1.612	272	2.178	853	3.885	332	2.272	185	1.613	147
20 a 29 anos	4.424	1.593	2.157	454	2.567	1.139	5.219	1.035	3.143	414	2.076	621
30 a 39 anos	3.149	1.196	1.416	370	1.733	826	4.859	1.203	2.371	522	1.453	681
40 a 59 anos	3.953	2.146	1.699	901	2.254	1.438	4.951	2.239	2.842	993	2.109	1.246
De 6 e mais	1.737	1.178	845	941	1.173	904	2.173	1.429	1.535	910	1.102	884

Fonte: IBGE

Tabela 4 - Taxa de analfabetismo da População residente no município de Santa Luz, por faixa etária , em 1991 e 2000

Faixa etária	1991	2000
5 a 9 anos	13,8	7,3
10 a 14 anos	6,8	1,3
15 a 19 anos	4,2	1,1
20 a 29 anos	3,2	1,8
30 a 39 anos	6	3,7
40 a 59 anos	4,5	4,5
De 60 anos e mais	5,2	6,4

Fonte: IBGE

A tabelas 3 e 4 mostram o quadro de condição da alfabetização no período de 1991 a 2000, por faixa etária nas zonas rural e urbana. Em se tratando de alfabetização, observando-se o universo de analfabetos em 2000, percebe-se que não houve avanço considerável.

Entretanto, nas faixas etárias de 10 a 14 anos e de 15 a 19 anos, houve uma diminuição substancial do número de pessoas não alfabetizadas, certamente por conta dos Programas direcionando para essas faixas etárias: Programa – PETI, Programas de Alimentação Escolar, PNLD, TV ESCOLA, Projeto CAT, Projeto Escola Ativa etc., além da influencia decisiva que teve do FUNDEF em relação ao processo de universalização do Ensino Fundamental.

Em relação à faixa etária de 40 anos ou mais, houve um pequeno acréscimo nos índices de analfabetismo. Registre-se que, durante o período de 1991 a 2000, não obstante o esforço da municipalidade em oferecer oportunidade de alfabetização às pessoas dessa faixa etária, não houve avanços significativos nos programas e projetos no âmbito municipal.

2. DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

2.1 – A educação como política pública.

Com o advento da Constituição de 1988, e fortalecidos pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os municípios passaram a ter substantivo grau de autonomia, com recursos e responsabilidades próprias e, portanto, com a liberdade e condições legais de formular políticas públicas adequadas às peculiaridades locais, integrando-as e articulando-as às políticas e planos da União e dos Estados. Entre elas, com destaque, situam-se as políticas de educação.

No âmbito do município de Santa Luz, a Lei Orgânica contempla, em seu texto, um capítulo que trata especificamente da educação, prevendo a implantação do seu próprio sistema de ensino e estabelecendo diretrizes gerais para a sua organização, tendo em vista a competência suplementar do município em matéria de legislação, a manutenção de padrão de qualidade dos serviços prestados na área de educação e a gestão democrática, consubstanciada na garantia de participação da sociedade na concepção, execução, controle e avaliação dos processos educacionais, seja por intermédio do Conselho Municipal de Educação e dos Conselhos Escolares (cuja criação é imposta pela norma legal em tela), seja por outras entidades representativas da comunidade. Estabelece, ainda, como prioridade de atuação do município, o ensino infantil e a educação fundamental, destinando, no mínimo, vinte e cinco por cento das receitas resultantes de impostos para a manutenção e desenvolvimento desses níveis de ensino. Prevê ainda a assistência na formação de professores leigos e a capacitação, acompanhamento e avaliação constante do quadro docente, bem como o ingresso na carreira exclusivamente por concurso público. Define, por fim, que a direção das escolas públicas municipais será escolhida pelo executivo municipal, ouvida a comunidade e a Câmara de Vereadores. Silencia em relação à educação no campo, à autonomia administrativa e financeira das escolas e à progressiva implantação de

escolas em tempo integral, provavelmente por tratar-se de questões suscitadas com maior ênfase a partir da vigência do novo marco legal da educação nacional.

Vê-se, do exposto, que a Lei Orgânica do Município, no tocante à educação, de forma geral, atende aos preceitos estabelecidos em diretrizes e normas legais hierarquicamente superiores, especialmente no que diz respeito à participação da comunidade no processo de tomada de decisões, não obstante haver ainda muito a reclamar quanto a essa prática.

O Plano Plurianual do Município, com vigência no período compreendido entre 2001 e 2005, no que diz respeito à educação, compreende um emaranhado de diretrizes e objetivos desconexos, sem definição de metas, ações, formas e períodos de execução, dando a entender tratar-se de uma peça puramente formal, por exigência legal. Faz-se, portanto, necessário atentar para essas questões quando da elaboração do próximo Plano.

Com seu próprio sistema de ensino constituído, a municipalidade busca exercer, de forma plena e com autonomia, o direito de organizar sua rede escolar e definir suas políticas e diretrizes, segundo seus interesses e peculiaridades. Nesse particular, ressalte-se a iniciativa do Conselho Municipal e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de promover uma rediscussão da Lei que instituiu o sistema, com a participação de todos os segmentos organizados da sociedade, tendo em vista a necessidade de sua reorganização, inclusive em relação à sua abrangência, restrita pela Lei em vigor. Do encontro realizado com essa finalidade, foi concebida uma proposta de Projeto de Lei, ora em tramitação na Câmara de Vereadores.

Anteriormente à implantação do Sistema Municipal de Ensino, o CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO em funcionamento desde 1998, é composto paritariamente por representantes do poder público e da sociedade – pais de alunos, professores, igrejas, escolas particulares e associações do município –, exercendo funções de natureza consultiva, deliberativa, fiscalizadora e normativa, de acordo com as prescrições do seu Regimento Interno, elaborado pelo próprio Conselho e aprovado por Ato do Executivo Municipal. Entre as suas atribuições, destacam-se aquelas que

dizem respeito à obrigatoriedade de participar, discutir e manifestar-se sobre as diretrizes e políticas municipais de educação, e bem assim do Plano Municipal de Educação, acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à educação e elaborar normas complementares para o Sistema Municipal de Ensino, no âmbito da sua jurisdição. Convém sublinhar a atuação do Conselho que, desde a sua implantação, em relação às matérias de natureza normativa, vem cumprindo com esmero suas atribuições e, de igual modo, destacar a condução irrepreensível do processo de escolha dos representantes da comunidade com assento no Colegiado e a participação efetiva nos fóruns de discussão das principais questões relacionadas à educação do município. Por outro lado, verifica-se omissão ou negligência em sua função substantiva de acompanhar e fiscalizar os programas, planos e recursos da área.

O CONSELHO DO FUNDEF é constituído por 02 representantes de professores, 02 representantes dos Servidores Públicos, 02 representantes do Conselho Municipal de Educação, 02 representantes de pais de alunos e 02 representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (01 titular e 01 suplente). Quanto a seu funcionamento, são realizadas reuniões ordinárias mensais e extraordinárias (quando necessário). Os representantes do Conselho recebem, do Poder Executivo, relatórios mensais das receitas e das despesas juntamente com extrato bancário. E, quando necessário, solicitam a pasta com os empenhos. Fiscaliza despesas e receitas ocorridas durante o mês, acompanhadas com o censo escolar. Esses dados são repassados para os professores no final do ano, ou quando solicitados pela classe.

O CONSELHO DA MERENDA ESCOLAR é constituído por: 01 representante do Poder Executivo, indicado pelo chefe desse Poder; 01 representante do poder Legislativo, indicado pela mesa diretora da Câmara Municipal, 02 representantes dos professores do município, eleitos pela classe, 02 representantes de pais de alunos, eleitos pela respectiva classe (01 titular e 1 suplente para cada representação). O presidente e o vice-presidente são eleitos pelos membros. Esse Conselho tem várias atribuições: fiscaliza e propicia uma alimentação de qualidade para os alunos; fiscaliza as unidades de ensino e a unidade de armazenamento; solicita do setor de licitação da entidade

executora a documentação, juntamente com os extratos bancários. A licitação é publicada num Edital, com a relação das mercadorias e depois é marcado o dia da licitação, e quem tiver o menor preço ganha. É importante ressaltar que a documentação tem de estar legal, não constar pendência na Receita Estadual e Federal. O fornecedor, por lei do Conselho da Merenda Escolar, tem até 30 dias para repassar a mercadoria, e, por isso, registram-se atrasos.

O CONSELHO TUTELAR é constituído por 05 membros escolhidos pela comunidade local para mandato de 3 (três) anos, permitida uma recondução. É responsável por toda infração contra o menor (abuso sexual, bebidas, drogas, espancamento, alunos em idade escolar fora da escola, pensão alimentícia etc). São atribuições desse conselho: atender às crianças e aos adolescentes, aos pais ou responsáveis, para aconselhar e encaminhar quando necessário para o juiz e para a promotora; trabalhar com palestras nas Unidades de Ensino, quando solicitados; fazer visitas, internamentos de crianças nos hospitais, quando necessário. O Conselho Tutelar encontra dificuldades no deslocamento, por não possuir transporte à sua disposição, e também de se comunicar, pois não possui linha telefônica.

O CONSELHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE é constituído por 2 representantes do Poder Executivo; 2 representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura; 2 representantes da Secretaria de Saúde; 2 representantes da APAE; 2 representantes do Sindicato; 2 representantes do CEAIC; 2 representantes da Igreja Católica; 2 representantes da Igreja Assembléia de Deus; e 1 Secretária Executiva, indicada pelo Poder Executivo. Os membros são indicados pelas respectivas entidades, e a escolha do Presidente e do Vice é feita por eleição dos próprios membros. Tem como objetivo orientar as políticas públicas relacionadas com as crianças e adolescentes e fiscalizar o cumprimento do plano de ação do município. Se alguma entidade recebe recursos, o conselho faz o papel de fiscalizador para o atendimento da Criança e do Adolescente.

Instituído em junho de 1988, e recentemente reformulado, com a participação efetiva dos professores, a partir de proposição do Executivo Municipal, o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal introduziu uma nova relação entre o poder público, especialmente a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e os

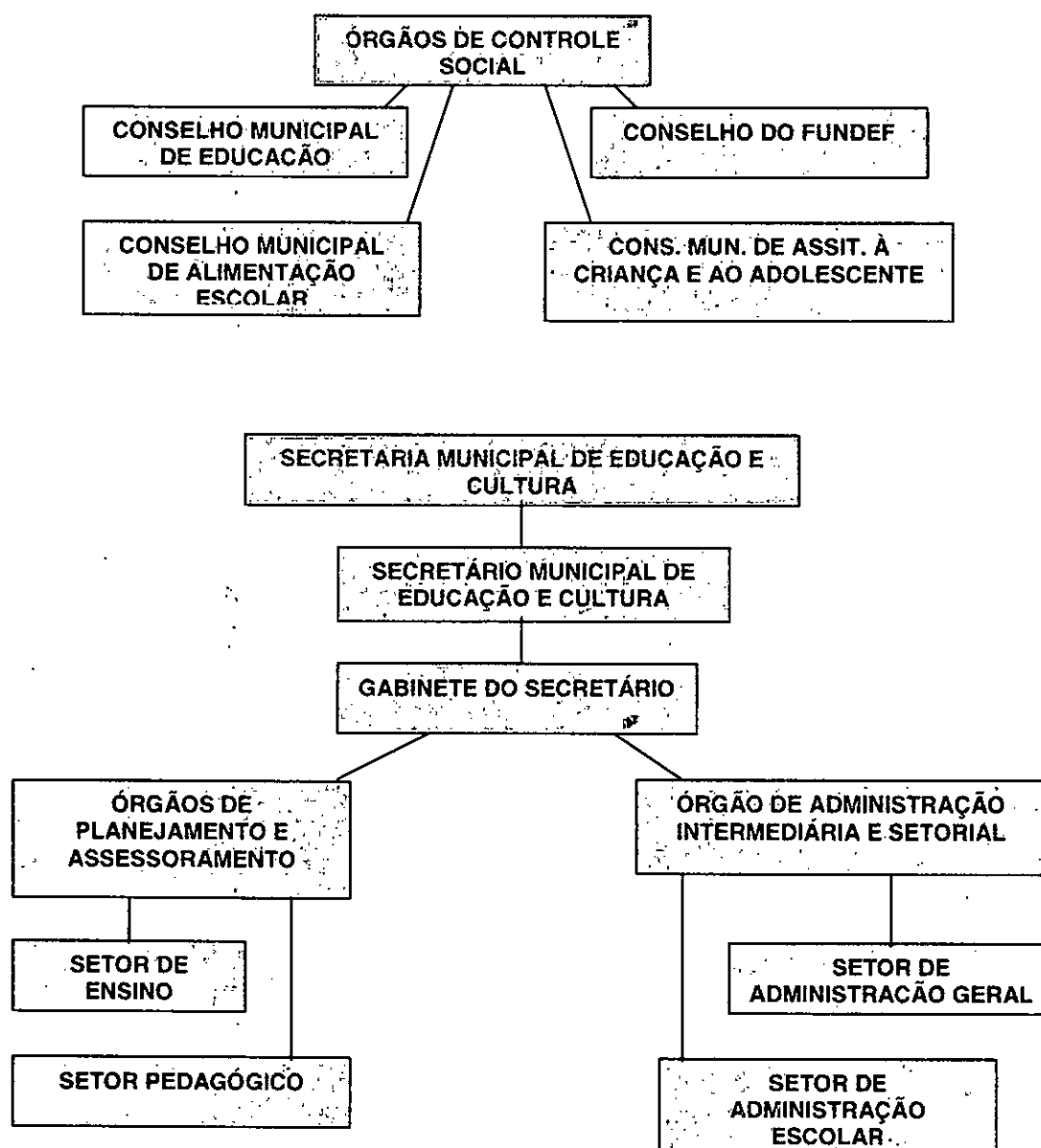
profissionais da educação, vez que possibilitou delimitar com clareza as obrigações e direitos dos agentes mais diretamente envolvidos no processo educacional.

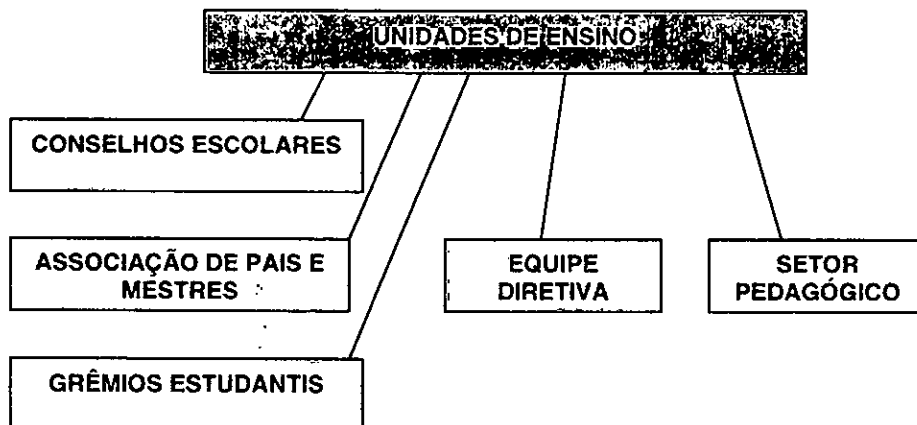
Destaque-se, no Plano de Carreira:

- 1- A possibilidade de progressão na carreira, através da mudança de nível de habilitação e de promoções periódicas, tendo como pilares políticas de incentivo à habilitação em nível superior dos professores municipais e a avaliação do desempenho da qualificação profissional e da aferição de conhecimentos.
- 2- O preenchimento dos cargos do quadro de carreira exclusivamente por meio de concurso público.
- 3- A determinação de lotação dos professores em escolas e órgãos municipais, combatendo-se as possibilidades de remoção de caráter político-pedagógico, e bem assim, a imposição de critérios justos para a distribuição da carga horária dos professores.
- 4- A garantia de remuneração de acordo com a arrecadação destinada constitucionalmente à área de educação, especialmente com o percentual mínimo estabelecido para o pagamento dos professores do Ensino Fundamental, por conta do FUNDEF.
- 5- Equiparação de direitos e vantagens entre os professores de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e outras modalidades de ensino.
- 6- Possibilidade de obtenção de vantagens e adicionais de natureza pessoal, tais como: pelo exercício da função gratificada, pela docência com alunos portadores de necessidades especiais, pela formação profissional obtida em pós-graduação, por tempo de serviço, por atividades complementares, pelo trabalho em regime de dedicação exclusiva, etc.
- 7- A criação da comissão de gestão do Plano de Carreira, composta por representantes do Poder Público e dos professores, com a finalidade de orientar a implantação, operacionalização e reformulação do Plano de Carreira.

Vê-se, do exposto, que houve um significativo avanço, no que diz respeito a políticas públicas e gestão da educação. Entretanto, é possível ir mais adiante, amadurecendo-se, entre outras, a idéia de ocupação dos cargos diretivos (hoje, de livre nomeação e exoneração do Executivo municipal) e de coordenação através de processos seletivos e/ou efetivos, o que possibilita dar um caráter mais profissional e democrático no processo de escolha dos dirigentes escolares.

O diagrama a seguir oferece uma imagem de como estão constituídos os órgãos de educação no município:





2.2 – A Rede Escolar

Tabela 05 – Número dos estabelecimentos escolares de Educação Básica do município de Santa Luz por dependência administrativa e níveis de ensino. 2003

Níveis de ensino	Dependência administrativa			Total
	Estadual	Municipal	Particular	
Educação Infantil	-	13	4	17
Ensino fundamental	4	63	4	71
Ensino Médio	1	2	1	4
Total	5	78	9	92

Fonte: FNDE

Observa-se, na tabela 5, que o Poder Público Municipal é responsável pela manutenção e administração de 84,78% das escolas localizadas no município. Há de se observar também que a municipalidade, embora, constitucionalmente não responsável pelo Ensino Médio, abriga mais da metade das vagas desse nível de ensino. Por outro lado, observa-se um número reduzido de escolas de Educação Infantil, diante da demanda existente para a faixa etária de 0 a 6 anos.

Tabela 08 – Distribuição percentual das matrículas da Educação Básica do município de Santa Luz, por dependência administrativa e níveis de ensino. 2003

Níveis e modalidades	Municipal	Estadual	Particular
Educação Infantil	100%	-	-
Ens. Fundamental – Alfabetização	71%	21%	5%
Ens. Fundamental – 1ª a 4ª série	71%	26%	3%
Ens. Fundamental – 5ª a 8ª série	73%	23%	4%
Total de Ensino Fundamental	73%	23%	4%
Educação de Jovens e Adultos	13%	87%	-
Ensino Médio	55%	42%	3%
Total	68%	28%	4%

Fonte: Cálculos efetuados com os dados da Tabela 03

A tabela nº 08 demonstra que o município assume todas as matrículas da Educação Infantil e a grande maioria das matrículas no Ensino Fundamental. Mas da metade dos alunos matriculados no Ensino Médio estão em escolas mantidas e administradas pelo município, não obstante ser essa, em princípio, uma responsabilidade do Estado. Ressalta-se que a manutenção do Ensino dá-se com percentuais acima do constitucionalmente definido para os gastos com a Educação, no âmbito do município.

Tabela 09 – Distribuição das matrículas da Educação Básica do município de Santa Luz, por dependência administrativa e localização. 2003

Localização	Estadual	Municipal	Particular	Total
Urbana	3.141	3748	376	7265
Rural	222	4461	-	4683
Total	3.367	8.209	376	11.952

Fonte: www.edudatabrasil.inep.gov.br

A tabela 09 mostra um número próximo de matrículas em escolas municipais localizada na zona urbana e na rural, apesar de estar localizado, nessa ultima, o maior número de escolas municipais. Explica-se isso pelo fato de as escolas localizadas na zona rural serem de pequeno porte, geralmente com 1 (uma) ou 2 (duas) salas de aula.

Tabela 10. Número de funções docentes da Educação Infantil do Município de Santa Luz, por nível de formação. 1999 a 2003

Anos	Ens. Fundamental		Ensino Médio				Superior		Total
	Número	%	Magistério	%	Outro	%	Número	%	
2001	-	-	21	-	-	-	-	-	21
2002	-	-	21	-	-	-	-	-	21
2003	-	-	20	-	-	-	1	-	21

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Tabela 11. Número de funções docentes da Educação Infantil (%) do Município de Santa Luz, por nível de formação. 1999 a 2003

Anos	Ens. Fundamental		Ensino Médio				Superior		Total
	Número	%	Magistério	%	Outro	%	Número	%	
2001	-	-	21	100%	-	-	-	-	21
2002	-	-	21	100%	-	-	-	-	21
2003	-	-	20	95%	-	-	1	5%	21

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Observa-se, nas Tabelas 10 e 11, que há apenas 1 (um) professor com formação superior que atua na Educação Infantil, o que indica a necessidade de projetos específicos para aumentar a escolaridade dos professores desse nível de ensino. Por outro lado, não existem docentes sem formação específica atuando nesse nível de ensino.

Tabela 12. Número de funções docentes do Ensino Fundamental do Município de Santa Luz, por nível de formação. 1999 a 2003

Anos	Ens. Fundamental		Ensino Médio				Superior		Total
	Número	%	Magistério	%	Outro	%	Número	%	
2001	10	-	221	-	-	-	50	-	281
2002	-	-	224	-	-	-	57	-	281
2003	-	-	196	-	-	-	85	-	281

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Tabela 13. Número de funções docentes do Ensino Fundamental do Município de Santa Luz (%), por nível de formação. 1999 a 2003

Anos	Ens. Fundamental		Ensino Médio				Superior		Total
	Número	%	Magistério	%	Outro	%	Número	%	
2001	10	3,7%	221	78,6%	-	-	50	17,7%	281
2002	-	-	224	79,7%	-	-	57	20,3%	281
2003	-	-	196	69,8%	-	-	85	30,2%	281

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Percebe-se que, no ano de 2001, existiam 10 professores que não concluíram o Ensino Médio em exercício no Ensino Fundamental. Em 2002, esses professores foram beneficiados com o Programa *Proleigos*, obtendo, assim, a conclusão da Formação em Magistério.

Observa-se, também, que, em 2003, apenas 30,2 % dos professores obtiveram o nível superior, o que implica pensar em estratégias para a formação dos profissionais de educação nesse nível.

Condições básicas de funcionamento das escolas da rede municipal

Em reuniões com os diversos segmentos da comunidade educacional e demais participante da sociedade, foram levantadas questões sobre a rede de ensino de Santa Luz, expostas a seguir.

Infra-estrutura física e material das escolas

Identificou-se a necessidade de melhoria da infra-estrutura física e material das escolas e, conseqüentemente, foram listadas algumas carências e sugestões para a melhoria e qualidade do ensino do município. Entre elas, destacam-se:

- Algumas escolas apresentam aparência conservada, com jardim, painéis, sala de eventos, hortas etc. Entretanto, a maioria não possui essas características, pois sua aparência física fica a desejar. Para que todas as escolas sejam atraentes e disponham de conforto ambiental, tornam-se necessárias ações de conservação e construção de melhores espaços educativos.

- É importante transformar os espaços livres em área de lazer (jogos), construir quadras de esportes, salas de professores informatizadas e com recursos para planejamento e reuniões, murar as escolas e construir palcos fixos para dinamizar as aulas, e utilizar, de forma dinâmica, as áreas cobertas.

Em relação à água, é necessário registrar que o problema é maior em época de estiagem, fazendo-se necessário construir maiores reservatórios nas escolas. É preciso fazer a conscientização nos cuidados de higiene com a água. Com isso, foi visto que é preciso ampliar o número de bebedouros e filtros com capacidade suficiente para atender à clientela de cada escola.

Foi diagnosticado que o número de salas precisa ser ampliado em algumas escolas, pois as mesmas se apresentam superlotadas e, às vezes, funcionam em anexo. Mas constatou-se que já está sendo providenciada a ampliação de salas de aulas onde existe esse problema. A sugestão, para o final desta década, é que todas as escolas possam atender com a modernização que o sistema exige. Além disso, foi percebido que algumas escolas possuem cantinhos de leitura com pequeno acervo de livros. Foi reivindicado que as escolas, além de sua informatização, venham a receber acervo para a biblioteca, videoteca, Cdteca, o que permitirá a ampliação e aprimoramento dos recursos de ensino-aprendizagem e a formação de futuros leitores e pesquisadores.

Sugeriu-se que se construam banheiros estruturados, se dê continuidade à troca de carteiras por outras adequadas, modernas e resistentes, quadro branco, mesa para o professor e que seja aumentado o material de consumo e limpeza, bem como a aquisição de um kit tecnológico para todas as escolas, com armários em cada sala, material sonoro e visual, material de apoio, computadores com impressoras, retroprojetores.

Para atender a essas sugestões, será necessário, nos planos operacionais referentes a cada ano do Plano Decenal de Educação, a definição de metas e de previsão orçamentária a elas correspondente.

Funcionamento do Programa do Livro Didático e material de apoio

No que diz respeito ao funcionamento do Programa do Livro Didático, o que se pode colocar de positivo é o fato de os professores escolherem os livros, embora nem sempre o escolhido como a primeira opção seja o enviado pelo MEC.

Já quanto ao uso do livro didático, constatou-se que faltam livros para os alunos, uma vez que muitos que recebem não devolvem, e, quando o fazem, devolvem em má condição de conservação; o que compromete sua reutilização. É importante salientar que os livros são de importância fundamental para o trabalho pedagógico do professor, embora esse não seja o único meio a ser usado.

Quanto ao material visual, ilustrativo e bibliográfico, a maioria das escolas já possui, atendendo às necessidades específicas de programas como a Escola Ativa. Entretanto, alguns desses já foram adquiridos para outras escolas não atendidas pelo referido programa, e a secretaria está providenciando, ainda este ano, para todas as escolas.

Em relação ao material de consumo, a Secretaria de Educação disponibiliza quinzenalmente kits de materiais de consumo, de acordo a solicitação do professor atendendo às necessidades da escola. Porém, muitas vezes, esse kit é insuficiente, sendo necessário aumentar a quantidade dos itens solicitados.

Funcionamento do Programa da Merenda Escolar

É dispensável falar da importância que a merenda escolar desempenha na contribuição para a qualidade da educação e como esta influencia no bom desempenho da aprendizagem. O município distribui a merenda conforme a renda recebida, e o complemento é feito pela Prefeitura, de acordo a orientação da nutricionista. Mesmo assim, sabe-se que ainda é insuficiente, devido ao número de alunos e o valor da renda recebida. Quanto à qualidade, embora haja o acompanhamento da nutricionista e essa seja boa, a aceitação pelos alunos é pouca, uma vez que não têm o hábito de consumir alimentos segundo o seu valor nutritivo. Mesmo tendo acontecido treinamento de

merendeiras, a fim de que haja mais qualidade na merenda escolar e conscientização de toda comunidade escolar no que diz respeito à higiene e uso da mesma, ainda há aspectos a corrigir. Também se faz necessária a participação do Conselho da Merenda escolar, que tem pouco atuado.

Assistência médico-odontológica aos alunos

Existe parceria entre a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Educação, para que o posto móvel de saúde passe nas escolas e localidades, atendendo às crianças e familiares. Além disso, a Secretaria de Educação possibilita transporte, assistência médica, psicológica, remédios para as crianças e para as famílias.

É importante lembrar que ainda se está longe de atingir o ideal, pois se sabe que esse atendimento, apesar de abranger todas as comunidades, não o faz com a frequência desejável. Mas a meta é conseguir melhorar a qualidade de vida de toda a comunidade escolar.

Relação escola e outras instituições; atividades de captação de recursos de outras fontes para as escolas.

Alguns estabelecimentos de ensino recebem assistência de instituições como: MOC (Movimento Organização Comunitária), através da UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana), apoiando o Projeto CAT (Conhecer, Analisar e Transformar). Há o apoio do PRADEM (Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Município), com a capacitação de técnicos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do MEC (Ministério da Educação e Cultura), do FUNDESCOLA (Fundo de Fortalecimento da Escola) e da Secretaria de Educação do Estado, através do Projeto Escola Ativa.

Situação do transporte escolar

O alunado de Santa Luz tem o privilégio de estudar, tanto na sede como nas localidades vizinhas, utilizando o transporte disponibilizado pela Secretaria de Educação e pela Prefeitura. Esse transporte é adequado, precisando de melhorias no

que se refere à manutenção (vidros, estepes, poltronas, extintores) e, em alguns casos, há a superlotação devido à verba que é insuficiente para ampliação da frota de carros.

Participação da comunidade na gestão da escola

Nas escolas municipais, em todas aquelas que têm direção, já consta em seus regimentos a obrigatoriedade da existência de um conselho, ou colegiado escolar, o qual tem funcionado com a seguinte representação: representante de pais, alunos, professores, equipe de apoio, tendo como presidente o diretor da escola conforme estatutos dos referidos conselhos.

Através desses colegiados, é viabilizada a participação da comunidade na gestão escolar, através de realização de palestras, eventos culturais, acompanhamento pedagógico, bem como a parceria na elaboração do Projeto Político pedagógico. Tudo isso tem contribuído para a formação e a aprendizagem do aluno e aprofundado a busca da escola de uma parceria com a comunidade.

Relação setor educação e os outros setores sociais do governo municipal e estadual, assim como de instituições privadas.

O setor de Educação do município de Santa Luz se relaciona muito bem com alguns departamentos da Secretaria Estadual de Educação e com as instituições Privadas. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura sempre abre espaços para as escolas Estaduais e Particulares, mas, infelizmente, a participação, às vezes, é inviabilizada por questões políticas.

Acompanhamento pedagógico da Secretaria da Educação às escolas

A equipe da Secretaria Municipal de Educação e Cultura oferece com regularidade orientação para o trabalho pedagógico das escolas, a partir da divulgação de diretrizes e procedimentos. São aproveitados os sábados, uma vez por mês, quando são discutidas as dificuldades apresentadas, bem como as ações pedagógicas de acordo com o PDE.

São divulgadas, nas escolas, as diretrizes curriculares nacionais e outras orientações para a realização do trabalho dos professores. Todas as ações pedagógicas são fundamentadas nos PCN's. Essa divulgação ocorre nos encontros pedagógicos que a Secretaria de Educação realiza.

Existem, de forma ainda insuficiente, supervisores e coordenadores pedagógicos. Entretanto, tem se buscado, através de grupo de estudos e planejamento, escolher um professor para coordenar e orientar os trabalhos.

As principais dificuldades do processo de orientação do trabalho pedagógico por parte dos técnicos da Secretaria e por parte do pessoal das escolas são os encontros pedagógicos, que não ocorrem semanalmente, o que dificulta ou impossibilita um acompanhamento mais efetivo do coordenador para com o professor.

A atualização da equipe da Secretaria de Educação, em termos de conhecimento da legislação do ensino (leis, decretos, resoluções e pareceres) e dos documentos técnicos da política educacional do país e de textos acadêmicos que colaboram para o aprimoramento do trabalho pedagógico vem sendo feita. Essa equipe tem sido constituída por nomeação do Poder Executivo, que escolhe professores experientes para exercer essa função, mesmo que nem todos tenham graduação específica. Porém a Secretaria de Educação se preocupa em capacitá-los com formação continuada.

A Secretaria de Educação apóia o Projeto Político Pedagógico das escolas, através de reuniões mensais com diretores e coordenadores, orientando-os na elaboração do Projeto Político Pedagógico, através do apoio do Conselho Municipal de Educação.

Procedimentos pedagógicos desenvolvidos pelos profissionais das escolas

Tendo conhecimento dos conteúdos do ano anterior, os profissionais desenvolvem os conteúdos do currículo nas suas escolas, valendo-se dos PCNs como referencial e buscando obter visão clara quanto aos objetivos de cada série.

No planejamento, feito semanalmente e mensalmente, elaboram-se atividades desafiadoras, objetivando a interação e a construção do conhecimento. O que

freqüentemente ocorre por conta do tempo para planejamento pedagógico disponibilizado para professores e coordenadores.

Todos participam da escolha do material didático e discutem o seu uso adequado, tendo como meta melhor aprendizado do aluno. A organização das classes é feita por série, embora muitos professores trabalhem com salas multisseriadas, o que, segundo eles, torna difícil a realização de um bom trabalho, comprometendo a aprendizagem. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, preocupada com essa questão, trabalha com projetos específicos, como a Escola Ativa e CAT, atendendo, hoje, a todas as escolas multisseriadas.

As classes de aceleração funcionam, em sua maioria, na Rede Estadual, tendo no município apenas uma que oferece o EJA (Educação de Jovens e Adultos), com aulas presenciais e avaliação no processo para alunos que não tiveram oportunidade de freqüentar a escola no tempo adequado.

Os regimentos de todas as escolas foram elaborados com a participação da comunidade escolar e do Conselho Municipal de Educação, contando com o apoio e patrocínio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Existem algumas disciplinas consideradas críticas, por conta da falta de habilitação e de afinidade dos professores, como Física, Química e Matemática. Daí a necessidade de uma orientação mais específica, pois a Secretaria já tem oferecido cursos de Formação Continuada, mas esses ainda não têm contemplado com profundidade essas disciplinas.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura tem promovido curso sobre gestão escolar para diretores e pessoal técnico das escolas, além de disponibilizar um acervo de material como fitas de vídeo, textos xerocopiados e livros sobre o tema.

No que diz respeito ao relacionamento escolar entre o corpo docente e as famílias dos alunos, ainda se faz necessário mais empenho de todas as partes, a fim de que aconteça uma verdadeira parceria, pois os pais que participam e acompanham as atividades da escola ainda constituem uma minoria.

No processo educacional, sabe-se que é importante hoje, uma avaliação contínua, observando-se o progresso do aluno, o que propiciará ao professor a base para dar continuidade ao seu trabalho, bem como fazer uma auto-avaliação. Nesse aspecto, os professores precisam ainda melhorar, já que a quantidade tem se sobreposto à qualidade. Algumas escolas estão trabalhando com os seguintes instrumentos de avaliação: participação do aluno, portfólio, ficha individual, provas, debates, seminários, pesquisas dentre outros. A recuperação paralela só ocorre no final do ano letivo. Embora algumas escolas onde existe direção já tenham experimentado um sistema de recuperação paralela, o resultado não foi satisfatório. O Projeto Escola Ativa trabalha com esse tipo de avaliação constantemente, no que vem obtendo êxito.

O problema da indisciplina abrange a maioria das escolas, e é um fato que precisa ser tratado com muita delicadeza e eficácia. No município, o mesmo tem sido tratado através de diálogo, da convocação do Conselho Escolar, da ajuda dos pais ou responsáveis e, quando necessário, com o acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, ou, a depender do caso, da Promotoria Pública.

A comunicação entre a comunidade escolar e a família tem ocorrido, na maioria das vezes, no final de cada unidade. Mas, sempre que se faz necessário, realizam-se reuniões extraordinárias. Para fortalecer ou incentivar esses laços entre família e escola, promovem-se palestras e festas em datas comemorativas.

Algumas escolas elaboram, de forma incipiente, o seu Plano Político Pedagógico, embora a maioria dos alunos, professores e comunidade o desconheçam. Os currículos e a parte diversificada estão de acordo as necessidades regionais da economia, da cultura, porém as metodologias, a infra-estrutura e os materiais pedagógicos precisam ser redimensionadas, bem como, as práticas dos profissionais que trabalham com disciplinas que contemplam a área diversificada, para que haja êxito nos resultados educacionais.

Avaliação dos recursos humanos

Em algumas escolas do município, faltam pessoas para suprir as necessidades existentes, fazendo-se necessário que algumas acumulem funções.

Os supervisores e coordenadores pedagógicos orientam os professores sobre prática de ensino e prestam assistência quando necessário. Para isso, os mesmos têm suporte técnico da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Estes estão se atualizando com frequência, através de cursos de capacitação.

No que se refere a programas de formação para professores, a secretaria vem se preocupando em capacitá-los através de cursos como PROFA, PCN's em Ação. No entanto, no que diz respeito à oportunidade de acesso ao Ensino Superior, apenas existe no município a UNOPAR, instituição privada. Do contingente de professores do município, apenas uma minoria que pode pagar freqüente essa instituição, embora contem com uma ajuda financeira da Prefeitura Municipal de Santa Luz, da ordem de 34% dos custos.

Em relação às ações de treinamento de pessoal técnico-administrativo, essas são desenvolvidas esporadicamente, pois falta mais oportunidades de capacitação específica para a área administrativa, inclusive cursos de Relações Humanas.

No que diz respeito ao Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público, não houve nenhuma avaliação. Sendo assim, os direitos dos profissionais de educação não estão sendo garantidos. Para compensar a ausência da avaliação do desempenho dos professores, estes foram beneficiados com uma porcentagem de 5% sobre o salário base, por acordo entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e esses profissionais.

A rotatividade dos professores ocorre no final do ano, quando os mesmos solicitam da secretaria, ou pela necessidade de deslocamento. Entretanto, hoje, o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público já visa à lotação dos professores numa determinada escola de forma permanente.

As relações entre funcionários, direção da escola e alunado, cada um dentro de sua função ocorrem de forma normal. Devemos ter em vista a necessidade de interação e respeito mútuo entre os membros que compõem o processo de ensino e aprendizagem, sendo necessária a reafirmação do ser humano como referencial do crescimento da sociedade, e primar uma interligação de convivência e harmonia, respeitando as diferenças.

O pessoal que trabalha nas escolas participa das decisões, através de reuniões onde estão representados todos os segmentos da comunidade escolar. A participação dos professores nos conselhos ou colegiado das escolas ocorre mensalmente, ou em reuniões extraordinárias.

Gestão da Escola

Todas as escolas com direção escolar contemplam a composição de um Colegiado Escolar, visando à administração do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), a resolução de problemas diversos e a realização de eventos solicitados pela direção. O Colegiado também participa da análise de questões pedagógicas, através do acompanhamento de atividades, observando o desenvolvimento dos alunos. No regimento escolar está prevista a instalação de conselhos ou colegiados escolares.

As metas das escolas ainda não são definidas conjuntamente por todos, como seria o ideal, porém boa parte da comunidade escolar participa dessa elaboração, o que traduz ainda uma pequena participação política. Essa comunidade toma conhecimento das estratégias para consolidação dos objetivos, principalmente na redução do índice de reprovação escolar. Observa-se, também, a inclusão de metas dirigidas a alunos que apresentam necessidades educativas especiais, cuja inclusão na escola já é aceita pela comunidade.

No tocante à autonomia das escolas, ela ocorre pelo respeito ao papel e a função de cada gestor, observando-se a necessidade de estabelecimento das parcerias que devem existir na comunidade escolar, principalmente com relação ao esquema de

trabalho e à aquisição de equipamentos. Há, porém, uma necessidade de capacitação para o uso de alguns equipamentos que são adquiridos.

A forma de nomeação para diretores municipais e estaduais ainda é feita pelo poder executivo ou com sua intervenção.

As escolas dispõem de normas e procedimentos definidos, embora a maioria não participe da sua elaboração, engendrando, assim, o desconhecimento de alguns profissionais sobre as normas, o que dificulta a gestão participativa. No que se refere ao Regimento Escolar, foi diagnosticado que a maioria dos educadores desconhece o texto na íntegra, lendo apenas fragmentos, no que se reporta à sua categoria específica (isso pela falta de interesse por parte do profissional). Falta ainda incentivo para a criação de associações ou grêmios, e, quando esses surgem, são fruto da iniciativa de segmentos extra-escolares.

No que diz respeito às contribuições enviadas por órgãos do governo, todas as escolas públicas recebem, bem como uma escola filantrópica.

Poucas são as escolas do município de Santa Luz que possuem áreas de lazer, biblioteca e recreação.

Quanto à matrícula e os trabalhos das secretarias, esses fluem com tranquilidade e segurança. Porém urge a necessidade da articulação do Conselho Municipal de educação com as escolas priorizando o envolvimento e a parceria dos segmentos sociais, para se atingir uma educação de qualidade.

2.3 - Níveis e modalidades de ensino

2.3.1 – Educação Infantil

Tabela 14 – Evolução da matrícula da Educação Infantil no município de Santa Luz, por dependência administrativa e localização. 1999/2003

Anos	Municipal		Estadual		Privada		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
1999	103	137	80	29	48	-	397
2000	25	74	16	-	113	-	228
2001	274	94	25	-	103	-	496
2002	244	187	-	-	173	22	626
2003	343	212	-	-	81	-	636

Fonte: www.edudatabrasil.inep.gov.br

Observa-se, a partir dos dados da tabela 14, uma inserção ainda tímida do município na oferta de Educação Infantil, tendo em vista o número de alunos matriculados em relação à população da faixa de idade apta a cursar esse nível de ensino, especialmente na zona rural.

Tabela 15 – Taxa de escolarização da Educação Infantil do município de Santa Luz. 2000

Segmentos	População (A)	Matrícula (B)	Não-matriculados	Taxa (C)
Creche (0 a 3 anos)	2.492	364	2.128	14%
Pré-Escola (4 a 6 anos)	2.038	194	1.844	10%
Total (0 a 6 anos)	4.530	558	3.972	13%

Fontes: FIBGE para os dados de população e MEC/INEP, para os dados de matrícula.

Os dados das tabelas 14 e 15 permitem verificar que há um número significativo de crianças de 0 a 6 anos não matriculadas, cerca de 75%.

A Educação Infantil funciona tanto nas escolas como nas creches. Nas escolas do município, com o dinheiro do PDDE, os diretores têm se preocupado em priorizar o ensino infantil, investindo na compra de materiais como fitas de vídeo, histórias infantis, cd's infantis, entre outros. Com relação às creches, no que diz respeito ao espaço físico, este precisa, na maioria das escolas, de ampliação, reforma e construção,

objetivando a qualidade que a Educação Infantil necessita e é merecedora. As creches funcionam no município em parceria com a SETRAS. Todavia o empenho ainda tem sido insuficiente, embora se perceba o desejo e a vontade política em melhorar esse nível de ensino. Nesse quadro, entretanto, o desempenho dos professores já tem feito a diferença, principalmente para aqueles que participaram dos PCN'S, do PROFA, além de cursos específicos oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Sendo assim, no âmbito pedagógico, a Educação Infantil tem desempenhado o seu papel, sendo necessário que o governo municipal, em parceria com o SETRAS, procure investir tanto em materiais de apoio pedagógico como na melhoria do espaço físico das escolas.

2.3.2 – Ensino Fundamental

Curiosamente, os dados quantitativos sobre o Ensino Fundamental, no município de Santa Luz, indicam um decréscimo da oferta pública, tanto na zona urbana como na rural, ao lado de um leve incremento da oferta privada (na zona urbana), como se pode verificar na Tabela 16. Há ainda uma queda visível da oferta em 2003

Tabela 16 – Evolução das matrículas do Ensino Fundamental no Município de Santa Luz, por dependência administrativa e localização. 1999/2003

Anos	Municipal		Estadual		Particular		Total
	Números	%	Números	%	Números	%	
1998	7.148	73	2.685	27	-	-	9.833
1999	8.151	75	2.534	23	201	2	10.814
2000	7.841	73	2.614	25	172	2	10.677
2001	8.020	74	2.607	25	168	1	10.795
2002	7.578	70	3.070	29	253	1	10.901
2003	6.620	73	2.149	26	276	1	9.041

Fonte: www.edudatabrasil.inep.gov.br

Já os dados da tabela 17, que apresentam a taxa de escolarização, indicam um atendimento de 93% da demanda na zona urbana e 91% na zona rural. Esse fato pode ser um indicador de refluxo na demanda, por força de diversos fatores: migração dos alunos da Rede Pública Municipal para a Estadual em razão das classes de aceleração e a taxa de natalidade, que vem sistematicamente diminuindo ao longo dos anos, como

se comprova pelos dados dos Censos. De qualquer modo, os números indicam um percentual próximo da universalização do atendimento.

Tabela 17. Taxa de escolarização do Ensino Fundamental do Município de Santa Luz. 2000

Localização	População de 7 a 14 anos	Matrícula de 7 a 14 anos	Taxa
Urbana	3.163	2.965	93%
Rural	3.434	3.158	91%
Total	6.597	6.133	93%

Fonte: IBGE/INEP

Percebe-se, nos dados da tabela 17, que ainda não foi atingida toda a clientela de 07 a 14 anos de idade apta a cursar o Ensino Fundamental, embora houvesse um aumento significativo da taxa de escolarização nessa faixa etária, no período compreendido entre a implantação do FUNDEF, em 1998, e 2000.

Tabela 18- Déficit de escolarização do Ensino Fundamental no Município de Santa Luz e oferta desse nível de ensino para alunos em idade inadequada. 2000

Localização	Pop. de 7 a 14 anos (A)	Matrícula. de 7 a 14 anos (B)	Pop. de 7 a 14 anos não atendida (C)
Urbana	3.163	2.965	198
Rural	2.434	3.158	276
Total	6.597	6.133	464

Fonte: edudatabrasil.inep.gov.br

Observa-se na tabela 18 um déficit de escolarização, com 464 crianças não atendidas.

Tabela 19. Matrícula do Ensino Fundamental do Município de Santa Luz, por idade e série. (Todas as redes de ensino). 2001

Idades	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série	Total
- de 6	28								28
7 anos	557	74	1	-	-	-	-	-	632
8 anos	396	302	41	2	-	-	-	-	741
9 anos	179	332	213	23	1	-	-	-	748
10 anos	98	182	299	134	47	1			761
11 anos	69	145	227	184	128	10	-	-	763
12 anos	24	75	182	192	192	64	7	1	737
13 anos	19	55	124	177	199	152	66	5	797
14 anos	11	50	95	130	270	158	91	58	863
15 anos	19	19	65	111	255	160	87	77	793
16 anos	24	15	43	58	217	144	96	90	687
+ de 16	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.424	1.249	1.290	1.011	1.453	689	347	231	7.550

Fonte: Sire (Módulo de relatórios Educacionais)

Tabela 19 A. Taxa de distorção idade/série no Ensino Fundamental do Município de Santa Luz (todas as redes).

Localização	Séries							
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
Urbana	39.1	58.9	72.5	64.7	8.3	74.2	78.4	82.3
Rural	36.8	60.4	77.5	80.4	82.8	83.4	85.3	87.5
Total	37.8	59.8	75.2	73.6	80.9	76.8	80.5	83.6

Fonte: www.edudatabrasil.inep.gov.br.

Pode-se verificar, pelos dados das tabelas 19 e 19A, um número considerável de alunos – 1480, correspondente a cerca de 19% do total de matrículas no Ensino Fundamental – com idade acima da obrigatória pela legislação, o que indica a necessidade de regularização do fluxo escolar, com cursos destinados a jovens e adultos, de modo a equilibrar a relação série / idade.

Tabela 20. Matrícula do Ensino Fundamental na rede municipal do Município de Santa Luz, por idade e série (Somente a rede municipal).2001

Idades	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série	Total
- de 6 a	17								17
7 anos	447	42	1	-	-	-	-	-	490
8 anos	351	178	29	2	-	-	-	-	560
9 anos	154	244	145	18	1	-	-	-	562
10 anos	86	147	231	77	14	1	-	-	556
11 anos	59	107	173	129	90	9	-	-	567
12 anos	21	59	147	153	132	44	5	1	562
13 anos	11	30	102	149	150	105	40	4	591
14 anos	5	36	75	112	207	112	65	42	654
15 anos	12	16	50	97	205	118	85	62	645
16 anos	11	13	25	52	146	117	94	75	533
+ de 16	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1774	1015	1159	955	1292	767	580	478	8.020

Fonte: www.edudatabrasil.inep.gov.br

Tabela 20A. Taxa de distorção idade/série no Ensino Fundamental da rede municipal do Município de Santa Luz

Localização	Séries							
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
Urbana	35.7	63.7	70.5	71.3	80.1	80	76.3	85.6
Rural	36.4	59	77.5	80.9	82.8	83.4	85.3	87.5
Total	36.2	60.3	75.5	78.1	81.1	81.4	80.3	86.3

Fonte: www.edudatabrasil.inep.gov.br.

Em relação à matrícula no Ensino Fundamental nas escolas públicas municipais, como revelam as tabelas 20 e 20.A, há uma ligeira redução da taxa de distorção idade/série na rede municipal, quando comparada com o total de matrículas de todas as redes no município, conquanto ainda muito acima da média nacional

Tabela 21. Taxa de evasão, aprovação e reprovação do Ensino Fundamental na rede escolar do Município de Santa Luz – 1998 a 2002 (Todas as redes).

Anos	Mat. Inicial	Evasão		Matrícula Final				
		Número	%	Total	Aprovados		Reprovados	
					Número	%	Número	%
1999	10.886	1.807	16.6	9.079	6.219	68.5	1.352	14.9
1352	10.677	2.252	21.1	8.425	5.164	61.3	1.482	17.6
2001	10.795	2.007	18.6	8.788	4.666	53.1	1.871	21.3
2002	10.901	2.583	23.7	8.313	4.888	58.8	1.454	17.5

Fonte: www.edudatabrasil.inep.gov.br

Tabela 21 A. Taxa de evasão, aprovação e reprovação do Ensino Fundamental no município de Santa Luz (todas as redes).

Ano	Taxa de Evasão		Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1999	17.6	15.5	68.2	69	14.2	15.5
2000	25.1	16.4	57.2	61.1	17.7	17.5
2001	23	13.5	53.5	67.8	23.5	18.7

Fonte: www.edudatabrasil.inep.gov.br.

Percebe-se, pela tabelas 21 e 21.A, uma diminuição progressiva nas taxas de aprovação dos alunos da zona urbana e conseqüente elevação das taxas de reprovação e evasão. Curioso perceber, em função das históricas dificuldades dos alunos da zona rural de conciliar estudo e trabalho, o fato de esses alunos terem índice de aprovação superior aos alunos da zona urbana.

Números semelhantes são encontrados na tabela 22.A, que apresenta a taxa de evasão, aprovação e reprovação, apenas na rede municipal, com exceção da taxa de reprovação dos alunos da zona urbana, significativamente maior do que a registrada em toda rede escolar municipal.

Tabela 22 – Taxa de aprovação e reprovação do Ensino Fundamental na rede municipal do Município de Santa Luz, por série. (Somente a rede municipal) 2003

Séries	Matrícula Final	Aprovados		Reprovados	
		Números	%	Números	%
1ª série	905	477	52.8	298	33
2ª série	954	642	67.4	189	19.9
3ª série	972	665	68.5	162	16.7
4ª série	840	644	76.7	80	9.5
5ª série	1.170	531	45.4	283	54.2
6ª série	773	446	57.8	137	17.8
7ª série	589	393	66.8	78	13.4
8ª série	417	289	69.4	32	7.8

Fonte: www.edudatabrasil.inep.gov.br

Observa-se, na tabela 22, um número alarmante de reprovação dos alunos das séries ímpares, com exceção da 7ª série, chegando a mais da metade (54%) o número de estudantes reprovados na 5ª série.

Tabela 22 A. Taxa de evasão, aprovação e reprovação no Ensino Fundamental, no município de Santa Luz (rede municipal).

Ano	Taxa de Evasão		Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1999	16.9	15.6	64.8	68.8	18.3	15.6
2000	23.4	16.4	57.6	65.9	19	17.7
2001	17.7	13.5	50	67.8	32.3	18.7

Fonte: www.edudatabrasil.inep.gov.br.

Diante dos dados apresentados, percebe-se que os alunos de 5ª a 8ª séries são os que mais apresentam distorção idade-série. A Secretaria Municipal de Educação, buscando solucionar o problema, estabeleceu nova estruturação da Secretaria, ampliando o número de coordenadores pedagógicos por área, promovendo capacitações dos profissionais através de cursos de Formação Continuada (TRANSE, PCN'S em Ação, Alfabetização de 1ª a 4ª séries), além dos Programas específicos para as classes multisseriadas, como a Escola Ativa e CAT.

O calendário Municipal é feito de acordo com o calendário Estadual, modificando-se apenas algumas atividades ou eventos referentes à realidade do município.

Com relação ao desempenho dos alunos, já houve uma expressiva melhoria na aprendizagem, o que se reflete no índice de aprovação e diminuição da reprovação. Isso por conta do compromisso da gestão participativa e no empenho da mesma em acreditar e fazer acreditar na educação, embora se saiba que esse é um processo, portanto contínuo e, às vezes, lento.

Pela observação da realidade apresentada em tabelas e também vivenciada pelos professores, as séries de maior índice de reprovação são a 1ª e a 5ª. Isso tem acontecido, hipoteticamente, não apenas pela desestruturação da família e de sua situação econômica, como também pelo processo de adaptação à série seguinte. Tem se observado que Língua Portuguesa e Matemática são as disciplinas mais críticas nessas séries, causadoras de desistência e reprovação de muitos alunos.

O sistema educacional vem tentando sanar esses problemas, valendo-se da formação continuada (PROFA, PCN'S em ação), além de outras orientações e cursos. O

programa Escola Ativa e CAT têm em muito contribuído para o avanço da educação no município.

2.3.3 – Educação de Jovens e Adultos

Visando a contemplar a alfabetização de jovens e adultos que não tiveram o privilégio de freqüentar a escola na época adequada, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura mantinha o antigo Supletivo vinculado ao CPA de Feira de Santana. Com a transformação do Supletivo no atual EJA (Educação de Jovens e Adultos), a SME solicitou ao CME autorização para o funcionamento da EJA em suas escolas, com um curso de aulas presenciais e avaliação no processo, atendendo às séries do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª. Em síntese, o município atende à EJA no que corresponde à faixa de 5ª à 8ª séries, e o Estado no que corresponde à faixa de 1ª à 8ª séries. Outra modalidade de educação de jovens e adultos é o programa *Brasil Alfabetizado*, no qual o município se inscreveu, contando inclusive com a parceria de algumas entidades, as quais colaboram com o espaço físico. Após conclusão desses cursos, os alunos são encaminhados para as escolas de ensino regular, para darem continuidade a seus estudos.

Quanto à formação de professores, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura tem oferecido orientações pedagógicas através do curso do PROFA e dos PCN'S em ação.

No Município, a EJA já constitui parte das políticas públicas de educação, sendo objeto de instrumentos normativos do Conselho Municipal de Educação.

2.3.4 – Educação no campo

Podemos considerar que a distribuição das escolas do campo atende às necessidades educacionais, pois a grande maioria dos distritos e povoados possui estabelecimentos de ensino. Grande parte dos professores é deslocada da sede para essas localidades, pois há transporte disponível para professores e alunos.

Percebe-se que a maioria das escolas apresenta condições necessárias para um bom funcionamento, atendendo às exigências impostas pela tecnologia atual, com materiais pedagógicos disponíveis para enriquecer o trabalho do professor, embora existam algumas que precisam ser ampliadas ou reformadas.

Em época de chuvas, torna-se torna impossível o acesso a algumas escolas, devido à impossibilidade de transporte pelas estradas, tornando-se necessário que o professor negocie com a Secretaria de Educação a reposição das aulas.

O número de professores é suficiente para atender à demanda da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a qual tem promovido a formação continuada desses docentes, bem, como a orientação pedagógica dos coordenadores. Com relação ao incentivo salarial, esse tem sido disponibilizado de acordo com as possibilidades financeiras do município.

A coordenação pedagógica tem sido constantemente capacitada, a fim de exercer a sua função com competência, estando sempre disponível a atender às necessidades do professor, através de planejamentos, oficinas e visitas em sala de aula.

As escolas são orientadas para fazerem as adaptações necessárias, objetivando atender às necessidades de cada localidade, elaborando projetos pedagógicos adequados a cada realidade, valorizando a cultura, conscientizando para o desenvolvimento da economia local sustentável.

De acordo a realidade do município, não se faz necessária a mudança no calendário escolar, pelo fato de os alunos não precisarem se ausentar da escola, já que as questões agrícolas e climáticas não interferem. Além disso, o Projeto Escola Ativa focaliza essa questão, possibilitando ao aluno dar continuidade aos estudos a partir de onde parou.

Os alunos do campo são orientados a partir de metodologia específica, com práticas pedagógicas que venham a desenvolver suas habilidades, ampliando seus conhecimentos.

A maioria das escolas do campo é multisseriada. Por isso, a Secretaria de Educação as inseriu nos Projeto CAT e Projeto Escola Ativa, os quais são desenhados para atender a essas classes. As estratégias metodológicas desses projetos facilitam a prática dos professores que lidam com a realidade dessas classes. Outros órgãos não governamentais têm contribuído para qualidade da educação do campo, trazendo para o município projetos como PRONAF, PETI, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Prefeitura Municipal de Santa Luz.

A nucleação não acontece com as séries iniciais. Entretanto, de 5ª a 8ª séries, já existem 5 (cinco) escolas na zona rural que atendem a alunos das comunidades circunvizinhas.

Coordenadores e professores têm analisado os resultados de novas experiências e novos projetos que enfatizam as particularidades da educação no meio rural, através de avaliações contínuas, observando-se o andamento de experiências, revendo e implementando novas propostas, quando necessário.

Existem assentamentos rurais no município, nos quais há escolas e com os quais a Secretaria de Educação se relaciona de forma satisfatória, através de contatos com toda a comunidade escolar (líderes, alunos e pais de alunos). Entretanto, percebe-se que falta mais envolvimento por parte de alguns líderes comunitários, na busca de parcerias que venham a atender às necessidades de ambas as partes.

2.3.5 – Educação especial

Tabela 23 – Matrículas da Educação Especial no Município de Santa Luz, por necessidade e nível de ensino.

Necessidades	Nível de ensino				Total
	Infantil	1ª a 4ª E F	5ª a 8ª E F	Ens. Médio	
Deficiência visual	-	-	-	-	0
Deficiência mental	6	6	-	-	12
Deficiência física	1	-	-	-	1
Deficiência Auditiva	1	-	-	-	1
Deficiência Múltiplas	4	-	-	-	4
Altas habilidades	-	-	-	-	0
Total	12	6	-	-	18

Fonte: edudatabrasil.inep.gov.br

A Educação Especial, como modalidade de educação escolar, é contemplada apenas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental das séries iniciais pela APAE de Santa Luz. A rede regular de ensino atende a um pequeno contingente de alunos, em duas escolas municipais.

As estratégias utilizadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura se baseiam nas informações prestadas pela APAE, quando da efetivação do censo. Não há formação específica de professores para Educação Especial, contando-se apenas com o senso comum do profissional de Educação que lida com alunos que apresentam temporária ou permanentemente dificuldades por conta de fatores biopsicossociais. Dessa forma, pode-se afirmar que não existem serviços de apoio especializado a portadores de necessidades especiais em classes regulares. Os alunos com necessidades educativas especiais recebem o mesmo atendimento, sem adaptação de tempo e espaço.

Também vale ressaltar que o município não conta com atendimento precoce e projetos de intervenção para evitar agravamento dos casos. Cabe registrar que esse serviço é orientado e encaminhado pela APAE para outras instituições, sendo que a articulação é feita entre os setores pela instituição especializada. O governo municipal tem prestado

apoio a APAE, pois, cede alguns professores, uma funcionária de apoio e o local para funcionamento.

2.3.6 – Outros níveis e modalidades

Tabela 24. Evolução das matrículas do Ensino Médio no Município de Santa Luz, por dependência administrativa. 1999/2003

Anos	Municipal		Estadual		Particular		Total
	Números	%	Números	%	Números	%	
1999	893	100%	-	-	-	-	893
2000	1.062	100%	-	-	-	-	1.062
2001	1.276	100%	-	-	-	-	1.276
2002	1.293	77%	387	23%	-	-	1.680
2003	962	55%	738	43%	23	2%	1.723

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar.

Os alunos que concluem o Ensino Fundamental encontram vagas suficientes nas escolas do Ensino Médio, nas diversas instâncias: estadual, municipal e particular.

No que diz respeito à educação profissional, são oferecidos diversos cursos que atendem à clientela do Ensino Médio e cursos periódicos de formação e requalificação profissional para pessoas que atuam nos segmentos governamentais e na sociedade civil. Contudo, ainda é necessário implementar e fomentar a criação de cursos para a capacitação dos profissionais que contemplem as seguintes áreas:

- Agricultura
- Artesanato comercial (sisal / pedra)
- Teatro
- Relações Humanas
- Curtume de peles de animais
- Mineração
- Gerenciamento de pequena propriedade

- Desenvolvimento sustentável (econômico, ambiental e social)

Para efetivação dessas propostas, se vem solicitando a parceria de instituições como UFBA, UNEB, UCSAL, IBAMA, SEBRAE, Prefeitura Municipal, Governo Estadual e Federal, bem como a de algumas empresas.

No que concerne aos cursos de Educação Superior, existem demanda de cursos para áreas de enfermagem, matemática, biologia, história, física, veterinária, principalmente para suprir as necessidades do Ensino Médio Normal e o crescimento socioeconômico do município, ressaltando que essa deve ser gratuita, o que não ocorre atualmente, pois não há oferta, no município, de Ensino Superior gratuito.

Nessas circunstâncias, o governo municipal fornece uma porcentagem de ajuda aos estudantes funcionários que freqüentam uma universidade particular, a UNOPAR, reembolsando 34% da mensalidade e disponibilizando 50% de ajuda para o transporte dos matriculados em universidades estaduais fora do município.

2.4. Recursos financeiros para a educação municipal

Um ponto essencial, que irá viabilizar as decisões estratégicas deste Plano, é o referente ao levantamento dos recursos financeiros do município destinados à educação. Os recursos financeiros representam a base de sustentação do sistema educacional. Partindo dessa premissa, é imprescindível que todos os profissionais envolvidos na construção do Plano Municipal de Educação detenham alguns conhecimentos básicos acerca dos recursos financeiros a que o município tem direito. Em primeiro lugar, devem saber quais são os percentuais vinculados constitucionalmente à Educação que devem estar contemplados nas peças orçamentárias municipal, estadual e federal. Além disso, como se dá o funcionamento do FUNDEF, incluindo a forma como o município arrecada seus impostos locais e como recebe as transferências de tributos estaduais e/ou federais. A partir dessa base real de informações, então, todos poderão, diante do valor dos recursos disponíveis;

estabelecer prioridades para garantir que as metas e ações propostas tenham condições de viabilização.

O levantamento dos recursos financeiros existentes irá resultar em informações importantes para o planejamento das ações, como por exemplo, a identificação da disponibilidade de recursos para novos investimentos ou até mesmo a constatação da possível necessidade de captação de novos recursos para desenvolver as ações consideradas imprescindíveis para a melhoria da qualidade da educação. As decisões sobre os objetivos e metas do Plano necessitam estar respaldadas nesse conhecimento, principalmente considerando as necessidades de expansão dos serviços, por níveis de ensino, levando em conta os preceitos legais e a realidade educacional do município.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) estabelece em seu art. 212, 'caput', que o Município deve aplicar anualmente um percentual de 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendendo a proveniente das transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino. Vale lembrar que a Lei Orgânica Municipal poderá elevar esse percentual para além do mínimo proposto na Constituição.

A vinculação a que alude o artigo 212 da CF é realizada em relação à receita resultante de impostos e não à totalidade dos recursos orçamentários. Os recursos provenientes de impostos não correspondem à totalidade da receita tributária; os impostos representam um subconjunto dos recursos tributários, que contam ainda com as taxas e contribuições de melhoria, que não entram na vinculação.

A receita resultante de impostos corresponde à soma dos impostos próprios e das transferências de impostos previstas pela Constituição, assim como dos valores da dívida ativa de impostos, multas e juros de mora. No caso dos Municípios, inclui, portanto: os impostos próprios (IPTU, ISS, ITIV) e a respectiva dívida ativa, multas e juros desses impostos; as transferências constitucionais recebidas da União (FPM, IRRF, ITR, IOF-Ouro); as transferências constitucionais recebidas do Estado (ICMS, IPVA, IPI-Exportação).

As tabelas 25 e 26 ilustram a situação do Município de Santa Luz em relação aos recursos provenientes das transferências correntes e da receita tributária destinada à educação. A tabela 27, por sua vez, resume as receitas destinadas à educação do Município em um quadro único, que consta das transferências correntes e da receita tributária.

Tabela 25. Transferências Constitucionais administradas pelo governo municipal de Santa Luz, por fonte.

ANOS	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES						TOTAL
	FPM	ITR	IPI	ICMS	IPVA	Outras	
1996	2.172.680,15	1.917,04	14.070,92	567.084,34	9.686,22	-	2.765.438,67
1997	2.455.828,10	11.105,59	27.014,30	614.553,08	7.462,48	494.593,14	3.610.556,69
1998	2.857.409,14	12.891,27	16.332,69	719.978,16	1.935,01	3.175.461,88	6.784.008,15
1999	3.301.362,51	11.631,49	20.907,96	892.172,88	4.555,61	3.477.273,17	7.707.903,62
2000	4.702.762,47	27.659,24	22.598,27	982.056,55	24.437,04	2.518.757,80	8.278.251,37
2001	4.297.121,65	6.829,17	23.208,84	1.162.449,84	30.401,48	3.053.730,83	8.573.739,81
2002	5.360.298,07	20.508,46	24.948,37	1.427.468,96	33.239,90	7.223.735,50	14.090.199,26
2003	5.653.503,79	10.385,57	23.918,60	1.620.195,60	52.516,23	6.928.319,76	14.288.839,55

Fonte: Setor Financeiro Municipal

Em Santa Luz, como na maioria dos municípios baianos, o Fundo de Participação dos Municípios – FPM – constitui-se na principal fonte de receita administrada pelo governo municipal. Mostram os dados da tabela 25 que, em média, 52,01% das transferências constitucionais recebidas pelo Município provém do FPM. Vale ressaltar que esse montante vem crescendo gradativamente, sendo que, comparando-se os anos de 1996 e 2003, houve um aumento de aproximadamente 160% no valor recebido. O segundo item de maior importância entre as transferências correntes é o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), responsável por cerca de 14% do total (em média). Assim como o FPM, o ICMS também tem apresentado um crescimento importante ao longo dos anos. Comparando-se os anos de 1996 e 2003, constata-se uma variação positiva de aproximadamente 186% no valor recebido, fruto provável do crescimento das atividades comerciais e de serviços no Município.

Vale ressaltar, ainda, que todos os itens que compõem as transferências constitucionais, em Santa Luz, tiveram um crescimento acentuado, considerando-se o período em análise na tabela (1996-2004). Como essas transferências representam a

quase totalidade dos recursos destinados à educação no Município de Santa Luz, pode-se concluir que houve um aumento na quantidade de recursos disponíveis no Município para serem gastos com a educação básica.

Os dados da tabela 26 mostram claramente a dependência do Município em relação aos recursos provenientes das transferências constitucionais, uma vez que, como indicam os números, as receitas próprias ali arrecadadas são bem menores que as receitas das transferências.

Tabela 26. Receitas Tributárias arrecadadas pelo Município de Santa Luz. 1996/2003

ANO	RECEITAS TRIBUTARIAS			TOTAL
	IPTU	ITIV	ISS	
1996	8.475,92	19.620,00	171.059,10	199.155,02
1997	79.849,71		32.976,66	112.826,37
1998	98.192,72	1.343,64	72.280,33	171.816,69
1999	133.053,09		73.353,44	206.406,53
2000	116.313,26	1.428,00	103.091,14	220.832,40
2001	90.390,38	10.636,09	110.197,10	211.223,57
2002	104.936,37	4.856,39	46.522,31	156.315,07
2003	81.751,36	5.541,56	163.014,82	250.307,74

Fonte: Setor Financeiro Municipal.

A partir da regulamentação da Lei de Responsabilidade Fiscal³ (LRF), percebeu-se uma maior preocupação por parte dos municípios com a arrecadação de seus tributos, não somente em função das exigências legais quanto ao comprometimento da receita, como também em função de adquirir maior independência financeira para custear suas despesas. Buscando o cumprimento da legislação em vigor, o Município de Santa Luz vem intensificando a arrecadação dos impostos de sua competência. No âmbito das receitas tributárias (arrecadadas sob a responsabilidade do município), o Imposto Sobre Serviços – ISS – e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) se alternam ao longo dos anos na condição de principal imposto municipal em Santa Luz. Juntos,

representam a quase totalidade da receita tributária desse Município. No entanto, mostram os dados que a capacidade de arrecadação do Município de Santa Luz é muito pequena em relação ao que recebe por meio das transferências constitucionais. Com isso, fica constatado o seu alto grau de dependência em relação a essa fonte de recursos.

A tabela 27 apresenta um resumo das receitas destinadas à educação no Município de Santa Luz no período de 2000 a 2003. É importante observar que esses valores correspondem a 25% (percentual mínimo estabelecido pelo art. 212 da Constituição Federal) do total da receita tributária e das transferências correntes para esse Município.

Tabela 27. Resumo das receitas destinadas à Educação no Município de Santa Luz.

1996/2003

Ano	Transferências	Receitas Tributárias	Total
1996	691.359,67	49.788,76	741.148,43
1997	902.639,17	28.206,59	930.845,76
1998	1.696.002,04	42.954,17	1.738.956,21
1999	1.926.975,90	51.601,63	1.978.577,53
2000	2.069.562,84	55.208,10	2.124.770,94
2001	2.143.434,95	52.828,77	2.196.263,72
2002	3.522.549,81	39.078,77	3.561.628,58
2003	3.572.209,89	62.576,93	3.634.786,82

Fonte: Setor Financeiro Municipal

Os dados da tabela 27 mostram claramente a dependência do Município em relação aos recursos provenientes das transferências constitucionais, uma vez que, como indicam os números, as receitas próprias ali arrecadadas são bem menores que as receitas provenientes das transferências. Em média, do total de recursos destinados à educação em Santa Luz, apenas 3% provém dos impostos próprios, ou seja, 97% dos recursos são recebidos através das transferências constitucionais.

Além das transferências constitucionais, existem ainda as transferências legais definidas em legislação federal, com recursos provenientes da cota federal do salário-

³ Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

educação ou outros recursos do Tesouro Nacional (é o caso do PNAE, com recursos da Cofins, e do PDDE, PNATE, EJA, Brasil Alfabetizado etc., com recursos do salário-educação, todos executados pelo FNDE). Há ainda as transferências voluntárias, que correspondem ao repasse de recursos que não decorra de determinação constitucional e legal (Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 25); as transferências voluntárias geralmente ocorrem com a assinatura de convênios, mediante apresentação do Plano de Trabalho Anual (PTA). Vale ressaltar que as transferências legais e voluntárias não entram na base de cálculo do percentual mínimo obrigatório de que trata o 'caput' do art. 212 da Constituição Federal, pois não constituem impostos.

Tabela 28. Outras receitas com o setor educacional do município de Santa Luz, administradas pela Prefeitura. 1996/2003

Ano	Alimentação Escolar	Transporte Escolar	Convênios	Outras Receitas	Total
1996	221.155,00	-	-	-	-
1997	221.155,00	-	-	-	-
1998	279.218,00	-	-	-	-
1999	204.467,88	-	50.300,00	-	-
2000	136.452,00	-	49.100,00	-	-
2001	203.494,36	45.000,000	47.300,00	-	-
2002	210.104,00	-	39.500,00	-	-
2003	207.012,00	-	36.100,00	-	-

Fonte: Setor Financeiro Municipal

A tabela 28 mostra os dados acerca das receitas destinadas à educação do Município de Santa Luz que não estão vinculadas ao percentual mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal de 1988. São recursos para despesas complementares que custeiam serviços de apoio às atividades das escolas, tais como alimentação escolar, transporte escolar e outros projetos.

Mostram os dados que, no período em análise, apenas a Alimentação Escolar contou com o repasse regular dos recursos. No entanto, entre os anos de 1996 e 2003, essa receita apresentou algumas oscilações negativas, sendo que, tomando-se estes dois anos como parâmetro, fica constatado que o montante de recursos destinados à

alimentação escolar diminuiu no Município. Considerando que a alimentação escolar significa para muitos alunos o principal fator de motivação da frequência escolar, é imprescindível que haja um maior investimento nesse setor. Este esforço deve partir não apenas da esfera municipal, como também por parte do Estado e da União, através da sua função redistributiva.

Quanto ao transporte escolar, existem dados que mostram apenas a aplicação de recursos neste setor no ano de 2001. Esse setor também deve merecer atenção especial por parte do Poder Público, uma vez que, segundo dados do Censo Escolar em 2003, cerca de 64,18% das matrículas do Ensino Fundamental da rede municipal de Santa Luz está concentrada na zona rural e, portanto, esses alunos dependem do transporte para freqüentar a escola.

Recentemente foi aprovada a Lei nº 10.880/04 que desvincula 10% dos recursos do salário-educação e destina ao financiamento do transporte escolar e da Educação de Jovens e Adultos. Essa Lei institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, cujos recursos estão sendo repassados desde o início de 2004.

Compõem ainda as Outras Receitas para a educação no Município de Santa Luz os Convênios e Outras Receitas, sendo que apenas a primeira apresenta os valores dos recursos recebidos a partir de 1999. Essa receita, a exemplo da alimentação escolar, tem variado negativamente ao longo do período em análise.

A tabela 29 mostra os recursos aplicados em Educação no Município de Santa Luz entre os anos de 1996 a 2003, segundo o nível ou modalidade de ensino.

Tabela 29. Recursos aplicados em educação pelo governo municipal de Santa Luz, conforme nível ou modalidade de ensino. 1996/2003

Ano	Ed. Infantil	Ens.Fundamenta l	Ensino Médio	EJA	Outros	Total
1997	-	1.218.563,50	-	-	488.323,00	1.706.886,50
1998	188.843,44	2.737.882,37	-	-	33.935,20	2.960.666,97
1999	44.007,61	3.442.473,00	-	-	-	3.486.480,76
2000	297,00	3.633.753,02	-	-	182.832,77	3.816.585,79
2001	112.649,45	4.311.912,54	-	28.884,13	400.570,51	4.825.132,50
2002	106.265,91	4.758.275,20	121.875,72	18.625,83	370.833,92	5.129.108,12
2003	124.334,93	5.315.227,19	285.883,83	-	-	5.755.445,95

Fonte: Setor Financeiro Municipal

Segundo a LDB (art. 11, V), os Municípios incumbir-se-ão de oferecer a Educação Infantil em creches e pré-escolas, e, prioritariamente, o Ensino Fundamental. Quanto ao Ensino Médio, a LDB permite que o Município o ofereça, desde quando estejam atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência (Educação Infantil e Ensino Fundamental) e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Mostram os dados da tabela 29 que o montante de recursos aplicados em Educação Infantil, no Município de Santa Luz, caiu bruscamente entre os anos de 1998 e 2000. Os recursos aplicados em 1999 correspondem a apenas 23% do montante do ano anterior e, em 2000, os investimentos em Educação Infantil quase não existiram no Município. A queda no montante investido na Educação Infantil no ano 2000 foi devida à diminuição das matrículas referentes a esse nível, nesse ano. A partir de 2001, com o crescimento das matrículas, os gastos voltaram a crescer.

O Ensino Fundamental, por sua vez, vem apresentando uma tendência de crescimento em todo o período em análise quanto ao montante dos recursos aplicados. Comparando-se os anos de 1997 e 2003 houve um crescimento de cerca de 336% na aplicação de recursos nesse nível de ensino. Isso evidencia a política de valorização do Ensino Fundamental posta em prática pelo Governo Federal a partir da metade da década de 1990.

A partir do ano de 2002 o Município de Santa Luz começa a apresentar dados referentes à aplicação de recursos no Ensino Médio. Todavia, segundo dados do Censo Escolar, o Município já atuava nesse nível de ensino em anos anteriores.

Vale ressaltar ainda que, nos anos de 2001 e 2002, foram apresentados dados referentes à aplicação de recursos na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Como foi mencionado anteriormente (análise da tabela 29), foi aprovada recentemente a Lei nº 10.880/04, que desvincula 10% dos recursos do salário-educação e os destina ao financiamento do transporte escolar e da Educação de Jovens e Adultos. Essa Lei instituiu o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, cujos recursos estão sendo repassados desde o início de 2004. Portanto, são recursos importantes que deverão ser considerados na elaboração das metas e ações do Plano Municipal de Educação referente a essa modalidade de ensino.

O aumento gradual do montante a ser aplicado pelo Município em educação – não somente no ensino fundamental, como também nos demais níveis e modalidades – representa a base de sustentação financeira para que os objetivos e metas traçados neste Plano sejam efetivamente alcançados. Entretanto, cabe ressaltar que não basta apenas aumentar o montante dos recursos a serem gastos em educação. O importante é que esses recursos sejam suficientes para proporcionar a todos uma educação de boa qualidade. Isso passa por um controle eficaz não só da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, como também da Câmara de Vereadores, do Tribunal de Contas, do Ministério Público, do Conselho Municipal de Educação, bem como de toda a sociedade.

A tabela 30 apresenta os dados relativos às despesas com educação por categoria e elemento de despesa, onde é analisada a evolução das despesas correntes e de capital no período de 1998 a 2003.

Tabela 30. Despesas com educação do município de Santa Luz, por categoria e elemento de despesa. 1998/2003

Ano	Despesas correntes			Despesas de capital			Total
	Pessoal	Mat. Cons.	Sub-total	Obr. e Inst	Equip.	Sub-total	
1998	1.231.486,62	-	-	609.199,26	111.640,44	720.839,70	1.952.326,32
1999	1.687.093,85	-	-	634.076,59	173.556,11	807.632,70	2.494.726,55
2000	1.869.793,85	-	-	1.109.861,28	46.343,25	1.156.004,53	3.025.798,38
2001	2.100.009,58	-	-	546.653,04	234.663,15	781.316,19	2.881.325,77
2002	2.544.716,11	-	-	1.076.512,88	113.339,72	1.189.852,60	3.734.568,71
2003	2.598.364,85	-	-	1.354.915,94	103.730,52	1.458.646,46	4.057.011,31

Fonte: Setor Financeiro Municipal

As despesas correntes representam os gastos relativos a serviços prestados por terceiros, aquisição de materiais de consumo e pagamento de encargos e obrigações sob responsabilidade do Município, os quais não produzem acréscimos patrimoniais. No caso de Santa Luz, mostram os dados que, em média, 66% do total de despesas com educação no Município de Santa Luz destina-se a pagamento de pessoal. Em relação ao outro elemento de despesa que compõe as despesas correntes – material de consumo – as despesas foram efetuadas com recursos do FUNDEF (40% MDE)

As despesas de capital, por sua vez, são representadas por gastos que implicam acréscimos patrimoniais, como os investimentos, as obras e instalações e a aquisição de equipamentos. A análise dos dados indica que, no Município de Santa Luz, os maiores dispêndios com despesas de capital são feitos por meio das Obras e Instalações. Esse elemento de despesa representa, em média, 85% das despesas de capital. Em relação ao total de despesa (corrente + capital) com a educação no Município as Obras e Instalações representam cerca de 30%.

Por fim, é apresentada a tabela 31, que apresenta a receita e a aplicação dos recursos do FUNDEF no Município de Santa Luz, mostrando a evolução das receitas do Fundo desde o primeiro ano de repasse (1998) até o ano de 2003.

Tabela 31. Receita e aplicação dos recursos recebidos do FUNDEF no Município de Santa Luz.

1998/2003

Ano	Total recebido	Aplicação		
		Salário dos prof.	Capacitação dos leigos	Gastos com MDE
1998				
1999	2.348.809,25	1.489.461,90	-	859.347,35
2000	2.492.807,95	1.732.427,02	-	760.380,93
2001	3.017.324,75	1.926.298,69	-	1.091.026,06
2002	3.459.214,51	2.247.552,97	-	1.211.661,54
2003	3.518.184,50	2.145.535,47	-	1.372.649,03

Fonte:

O FUNDEF é um fundo de natureza contábil, cujo objetivo é promover a equidade na distribuição dos recursos entre Estados e Municípios, tencionando, com isso, diminuir as desigualdades existentes quando da alocação dos recursos devido à inexistência de critérios bem definidos. Os recursos do FUNDEF devem ser aplicados, exclusivamente, no Ensino Fundamental, sendo vedada a sua utilização na Educação Infantil, no Ensino Médio e no Ensino Superior.

O FUNDEF é constituído por 15% da receita de impostos:

- ◆ do Estado – FPE (Fundo de Participação dos Estados), ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), cota do IPI-Exportação (Imposto sobre Produtos Industrializados para exportação);

- ◆ dos Municípios – FPM (Fundo de Participação dos Municípios), cota do ICMS, cota do IPI-Exportação.

Incluem-se também os 15% da receita proveniente da compensação financeira, prevista na lei complementar 87/96 (Lei Kandir) para as perdas provocadas pela desoneração do ICMS das exportações.

O montante dos recursos do FUNDEF recebidos pelo Município de Santa Luz tem crescido gradativamente desde a sua implantação. Comparando-se os anos de 1999 e 2003 (os valores referentes a 1998 não foram informados), por exemplo, tem-se um crescimento de aproximadamente 50%. Tal fato credencia o FUNDEF como uma

importante fonte de receita para o Município, tornando-o um instrumento fundamental para subsidiar as ações propostas neste Plano Municipal de Educação.

Vale ressaltar que a distribuição dos recursos do FUNDEF é feita em função do número de alunos matriculados no Ensino Fundamental. Anualmente o MEC estabelece um valor mínimo por aluno. Esse valor, multiplicado pelo total de matrículas no Ensino Fundamental, é igual ao montante de recursos recebidos do FUNDEF. Com isso, quanto mais alunos matriculados no Ensino Fundamental maior é a receita com o Fundo, uma vez que o valor mínimo por aluno fixado pelo MEC tem variado positivamente desde 1999.

O FUNDEF, além dos recursos anteriormente citados, é composto por uma complementação da União aos Estados em que a receita originalmente gerada não é suficiente para a garantia de um valor por aluno/ano igual ou superior ao valor mínimo nacional fixado pelo MEC. O Município de Santa Luz recebe essa complementação, ininterruptamente, desde o ano de 1998.

O FUNDEF subvincula, no mínimo, 60% dos recursos para a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício no Ensino Fundamental público. Incluem-se, nessa categoria, também os profissionais que exercem atividades de suporte pedagógico direto à docência, como diretores, vice-diretores, coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais. Com os recursos dessa parcela do FUNDEF podem ser pagos, ainda, os encargos sociais desses profissionais devidos pelo Poder Público, mas não despesas com transporte e alimentação, uma vez que não têm natureza salarial. O restante dos recursos do Fundo (máximo de 40%) deve ser destinado às despesas com manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental, de acordo com o disposto no art. 70 da LDB.

Quanto à aplicação dos recursos recebidos do FUNDEF, mostram os dados da tabela 31 que o Município de Santa Luz está cumprindo os percentuais citados no parágrafo anterior. Em média, cerca de 65% do total de recursos recebidos do FUNDEF têm sido utilizados para a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício no Ensino Fundamental público. O restante dos recursos tem sido aplicado na manutenção

e desenvolvimento do Ensino Fundamental. É importante observar que, até 2001, parte dos recursos destinados à valorização dos profissionais do magistério poderia ser utilizada, também, para a capacitação dos profissionais leigos (Lei nº 9.424/96, art. 7º, parágrafo único). Entretanto, não existem dados sobre o montante de recursos gastos com a capacitação desses profissionais no Município entre 1998 e 2001, pelo fato de as despesas encontrarem-se totalizadas nos 60% do FUNDEF.

A Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004, que instituiu o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência – PAED, dispõe (art. 3º, parágrafo único) que os profissionais do magistério cedidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios às entidades privadas, sem fins lucrativos, que oferecem Educação Especial, no desempenho de suas atividades, serão considerados como em efetivo exercício no ensino fundamental público, para fins de seu pagamento com recursos da parcela do FUNDEF vinculada à remuneração dos profissionais do magistério.

Por fim, está em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Esse Fundo irá substituir o FUNDEF e, como o seu próprio nome sugere, irá atender a toda a Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – e não somente ao Ensino Fundamental, como ocorria com o FUNDEF. A expectativa do Governo é que o FUNDEB seja implantado a partir do ano de 2005. Como o PME terá duração de dez anos, certamente esse novo Fundo deverá ser considerado como uma importante fonte de receita para subsidiar as ações propostas no Plano.

3. OBJETIVOS GERAIS E PRIORIDADES

Observadas as diretrizes gerais estabelecidas nos Planos Nacional e Estadual de Educação e as particularidades do Sistema de Ensino de Santa Luz, são estabelecidos, neste Plano Municipal de Educação, os seguintes objetivos gerais para a educação do município, no período 2005-2014:

- Institucionalizar, fortalecer e ampliar a gestão participativa e democrática nos órgãos, entidades e instituições do Sistema Municipal de Ensino.
- Melhorar as condições de infra-estrutura física, material e administrativa das escolas públicas municipais.
- Universalizar o atendimento com qualidade de toda a clientela do Ensino Fundamental, garantindo-se a permanência e a conclusão desse nível de ensino.
- Ampliar a oferta de Educação Infantil.
- Valorizar os profissionais da educação, propiciando-lhes formação inicial e continuada, bem como condições salariais e de trabalho.
- Fortalecer e ampliar os projetos específicos da Educação do Campo.
- Garantir a Educação de Jovens e Adultos para os que não tiveram oportunidade de ingresso na escola na idade própria.
- Melhorar a qualidade de atendimento dos serviços educacionais em todos os níveis e modalidades de ensino.
- Regularizar o fluxo escolar, garantindo efetiva aprendizagem.
- Atender à Educação Especial, promovendo a inclusão de portadores de necessidades especiais.

A partir desses objetivos, ficam estabelecidas as seguintes prioridades, a serem observadas pelo poder público, no período de 2005-2014:

- **EDUCAÇÃO INFANTIL:** ampliação da oferta de educação infantil em creches e pré-escolas; construção de espaços físicos e ampliação e adequação de salas em escolas já existentes; qualificação e habilitação do professor.
- **ENSINO FUNDAMENTAL:** estruturação das escolas municipais, adequando-as conforme as necessidades; institucionalização e fortalecimento da gestão participativa nas escolas; universalização do atendimento às crianças de 7 a 14 anos; capacitação dos professores para a inclusão dos alunos especiais; promoção de qualificação, habilitação e formação continuada dos professores.
- **EDUCAÇÃO DO CAMPO:** fortalecimento e ampliação dos projetos específicos, destinados à Educação do Campo; melhoria de infra-estrutura física, material e administrativa das escolas; formação continuada e habilitação dos professores; incentivo salarial para os professores do campo.
- **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:** garantia de atendimento com qualidade; formação de professores; ampliação do acervo pedagógico.
- **EDUCAÇÃO ESPECIAL:** atendimento de qualidade a alunos portadores de necessidades especiais; acompanhamento psico-pedagógico, médico e odontológico; adequação do espaço físico.
- **OUTROS NÍVEIS E MODALIDADE DE ENSINO:** Ensino Médio – Qualificação e ampliação do atendimento; garantia de acervo pedagógico; habilitação dos profissionais. Ensino Médio, modalidade Normal – introdução da Educação Especial como disciplina; qualificação do atendimento educacional; habilitação do profissional. Ensino Superior - Garantia de acesso do ensino superior para a habilitação dos profissionais da educação.

- **GESTÃO DO SISTEMA DE ENSINO:** Organização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura; criação do Fundo Municipal de Educação, construção da sede própria da Secretaria Municipal de educação e Cultura; informatização.

4. DIRETRIZES E METAS

4.1 – Educação Infantil

Observadas as disposições do Plano Nacional de Educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais para esse nível de ensino, irão constituir compromissos assumidos pela gestão educacional, através de políticas públicas de Educação Infantil, as seguintes diretrizes, a serem observadas no período de 2005 a 2014:

- *Ampliação de oferta da Educação Infantil* – Essa ampliação não implica apenas o aumento de matrícula, mas também a construção de novos espaços, a adequação das escolas já existentes, com o padrão mínimo de funcionamento para esse nível de ensino, de forma a garantir o atendimento da população de 0 a 6 anos.
- *Qualidade de Infra-estrutura* – A melhoria da qualidade da infra-estrutura deverá dimensionar-se tanto no aspecto físico quanto na demanda do material para o desenvolvimento de atividades relativas à Educação Infantil.
- *Melhoria de atendimento do poder público às instituições de educação Infantil* – O poder público deverá definir e implementar políticas públicas para a Educação Infantil que garantam a continuidade de alimentação a todas as crianças atendidas em creches e pré-escolas, assegurem que todas as instituições tenham um plano de desenvolvimento e Projeto Político Pedagógico definido e avaliado com a participação dos profissionais de educação.
- *Valorização dos Profissionais da Educação Infantil* – A valorização dos profissionais de Educação Infantil deverá ser garantida, com a formação específica, inicial e continuada, para essa modalidade de ensino. A gestão municipal deverá incentivar, estimular e apoiar essa formação a fim de cumprir o que dispõe a LDB 9394/96, em consonância com o Plano Nacional de Educação. Em decorrência da aprovação deste Plano, a gestão municipal, através de políticas públicas específicas, buscará os meios de garantir salários dignos e condições de trabalho aos profissionais da Educação Infantil.

Objetivos e metas – Educação Infantil

OBJETIVOS	METAS	CRONOGRAMA									
		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1. Ampliar a oferta de Educação Infantil	1.1 Garantir a matrícula de 40% da população de 0 a 3 anos de idade em creches, nos cinco primeiros anos de vigência deste Plano, e de 100% até o final da década de sua vigência.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
	1.2 Garantir o atendimento de 80% da população em idade de 4 a 6 anos nas classes de pré-escola nos três primeiros anos de vigência deste Plano, e de 100% até 2010.	#	#	#	#	#	#				
2. Melhorar a qualidade de infraestrutura das instituições que oferecem a Educação Infantil	2.1 Instituir, no primeiro ano de vigência deste Plano, padrões mínimos de infraestrutura para funcionamento das creches e pré-escolas.	#									
	2.2 Adequar, nos cinco primeiros anos de vigência deste Plano, a estrutura física e materiais das instituições que oferecem ou venham a oferecer Educação Infantil, de acordo com os padrões mínimos de funcionamento estabelecidos.	#	#	#	#	#					
3. Melhorar a qualidade de atendimento educacional nas instituições de Educação Infantil	3.1 Definir, nos dois primeiros anos de vigência deste Plano, uma política municipal para a Educação Infantil, com base nas diretrizes gerais, nas normas complementares e no referencial curricular desse nível de ensino.	#	#								
	3.2 Assegurar que, nos dois primeiros anos de vigência deste Plano, todas as instituições de Educação Infantil tenham formulado um plano de desenvolvimento e um projeto político pedagógico, com a participação dos profissionais de educação.	#	#								
	3.3 Adquirir mobiliário escolar e material didático e pedagógico adequado e suficiente para o atendimento da demanda, durante todo o período de vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
	3.4 Garantir a continuidade da alimentação escolar para todas as crianças atendidas em creches e pré-escolas, durante todo o período de vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
	3.5 Propiciar assistência médica e odontológica à clientela atendida pela Educação Infantil, através de convênios firmados com a Secretaria de Saúde, a cada ano, durante toda a vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#

	3.6 Desenvolver atividades complementares de apoio aos alunos mais carentes da Educação Infantil, através de parcerias com entidades e órgãos públicos ou privados e ONGS, durante todo o período de vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#
	3.7 Adequar o currículo de Educação Infantil de acordo com o nível de desenvolvimento da clientela atendida no ano de 2005 e possibilitar a sua avaliação periódica em todos os anos de vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#
4. Valorizar os profissionais da educação que atuam na Educação Infantil.	4.1 Estabelecer, no prazo máximo de 2 anos, a partir da vigência deste Plano, um programa de formação em serviço para a atualização permanente dos profissionais que atuam na Educação Infantil, incluindo, além dos professores, o pessoal de apoio.	#	#							
	4.2- Garantir a vinculação dos professores em atuação na Educação infantil a esse nível de ensino, no prazo de 3 anos.	#	#	#						
	4.3- Garantir que 70% dos professores em atuação na Educação Infantil tenham curso específico em nível superior, no prazo de 10 anos.	#	#	#	#	#	#	#	#	#

4. 2 Ensino Fundamental

Tendo em vista as características da situação educacional de Santa Luz, detectadas no diagnóstico, e considerando o estabelecido no Plano Nacional de Educação e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para esse nível de ensino, constituem compromissos a serem assumidos, através de políticas públicas da educação municipal para o Ensino Fundamental de Santa Luz, as seguintes diretrizes para o período de 2005 a 2014:

- *Institucionalização, fortalecimento e ampliação da gestão participativa e democrática*
- A gestão municipal deverá incentivar, estimular e apoiar as organizações participativas e democráticas, institucionalizando-as e fortalecendo-as, a fim de que toda comunidade escolar possa participar do processo educacional.
- *Melhoria da infra-estrutura física, material e administrativa* – O poder público, em consonância com a sociedade, deverá definir um padrão mínimo de infra-estrutura no âmbito material, administrativo e físico das escolas de Ensino Fundamental e supri-las de acordo com esse padrão, de modo a tornar possível o bom funcionamento desse nível de ensino.
- *Universalização do atendimento* – Faz parte do horizonte deste Plano universalizar o atendimento a toda a demanda por Ensino Fundamental, buscando o sucesso escolar e oportunizando a todos o direito de acesso à escola. Para tanto, a gestão municipal deverá promover o processo da inclusão e preocupar-se com a continuidade dos estudos, além desse nível de ensino, buscando articulação com outras instâncias do poder público.
- *Valorização, qualificação e habilitação de profissionais* – Essa diretriz constitui um desafio que deverá transformar-se em compromisso, pois a valorização, qualificação e habilitação do profissional são condições para a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, na qualidade da educação. Durante a vigência deste Plano, esse processo deverá ser implementado por meio de uma política salarial que valorize a titulação, a experiência, a qualificação e o

desempenho. Também deve assegurar os meios de permitir acesso dos docentes a cursos superiores presenciais, semi-presenciais ou a distância.

- *Regularização do fluxo escolar e garantia de aprendizagem.* Para eliminar a repetência e a evasão escolar, cujos índices são significativos em Santa Luz, deverão as políticas de educação prever os meios de regularizar o fluxo escolar, assegurando a aprendizagem daqueles que não puderam seguir seus estudos no tempo regular. A eles deve ser assegurada a possibilidade de conclusão do Ensino Fundamental e de prosseguimento dos estudos.
- *Oferta de Educação Especial, de modo a promover a inclusão de portadores de necessidades especiais.* Esse atendimento não consiste apenas na inclusão, nas escolas de Ensino Fundamental, dos portadores de necessidades especiais. É necessária a promoção de capacitação específica para os docentes em exercício, a fim de concretizar a inclusão com qualidade de atendimento educacional.

OBJETIVOS	METAS	CRONOGRAMA									
		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1. Institucionalizar, fortalecer e ampliar a gestão participativa nas escolas de Educação Fundamental.	1.1 Garantir autonomia financeira, pedagógica e administrativa às escolas, através de uma gestão participativa e democrática, durante todo o período de vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
	1.2 Apoiar e incentivar as organizações estudantis, como espaço de participação e exercício da cidadania, durante todo o período de vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
	1.3 Buscar formas de apoio externo à gestão das escolas, através de parcerias com organizações, empresas e órgãos públicos, nos dois primeiros anos de vigência deste Plano.	#	#								
2. Melhorar a infra-estrutura física, material e administrativa das escolas de Ensino Fundamental.	2.1 Construir, nas escolas de médio e de grande portes, espaços para lazer e eventos culturais (auditórios e bibliotecas), nos cinco primeiros anos de vigência deste Plano, e nas escolas de pequeno porte, nos cinco últimos anos de vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
	2.3 Construir uma escola do povoado de Algodões, atendendo aos padrões mínimos de funcionamento, no primeiro ano de vigência deste Plano.	#									
	2.4 Criar um sistema de distribuição, captação e tratamento da água nas escolas, nos dois primeiros anos de vigência deste Plano.	#	#								
	2.5 Ampliar ou reformar todas as escolas de Ensino Fundamental, construindo e ampliando instalações hidráulicas e sanitárias, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
	2.6 Adquirir quadros brancos para as escolas de médio e de grande portes, nos dois primeiros anos de vigência deste Plano, e nas escolas de pequeno porte, a partir do terceiro ano de vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
	3.1 Assegurar o acesso, a permanência e a conclusão do Ensino Fundamental a toda a população de 7 a 14 anos e, progressivamente, àqueles que não concluíram esse nível de ensino na faixa etária própria, nos cinco primeiros anos de vigência deste Plano.	#	#	#	#	#					

	3.2 Levantar, por meio de censo educacional, todas as crianças de 7 a 14 anos fora da escola, visando a dimensionar a demanda estimular e apoiar o seu ingresso de modo a universalizar a oferta do Ensino Fundamental, no primeiro ano de vigência deste Plano.	#								
4. Valorizar, qualificar e habilitar os profissionais que atuam no Ensino Fundamental.	4.1 Graduar 50% dos professores que atuam nesse nível de ensino até 2009 e atingir 100% até o final da década	#	#	#	#	#	#	#	#	#
	4.2 Oferecendo cursos de formação continuada a todos os profissionais da educação, durante toda a vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#
5. Regularizar o fluxo escolar, garantindo uma aprendizagem efetiva.	5.1- Reduzir em 50% as taxas de repetência e evasão por meio de programas específicos que venham garantir efetiva aprendizagem, nos cinco primeiros anos de vigência deste Plano.	#	#	#	#					
6. Promover a inclusão de portadores de necessidades especiais no Ensino Fundamental.	6.1- Capacitar os professores com formação adequada para atender a alunos com necessidades especiais, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#
	6.2- Promover a inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas da rede regular de ensino, durante toda a vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#

4.3 – Outros níveis de ensino

No processo de modernização do País, o Ensino Médio e o Ensino Superior desempenham um importante papel na sociedade, especialmente por possibilitar formas mais qualificadas de exercício da cidadania e inserção profissional. Dessa forma, com base no que é estabelecido pelo Plano Nacional de Educação e nas diretrizes para esses níveis de ensino, e considerando o diagnóstico da situação educacional de Santa Luz, constituirão compromissos do poder público no próximo decênio:

- *Institucionalização, fortalecimento e ampliação da gestão participativa* – A fim de que todos os cidadãos possam usufruir o pleno exercício da cidadania e da inserção produtiva, serão necessários a instituição, o fortalecimento e a ampliação da gestão participativa, no âmbito desses níveis de ensino.
- *Melhoria de Infra-estrutura-física, material e de administração* – Para o bom funcionamento de qualquer nível ou modalidade de ensino, faz-se necessário o provimento de padrão mínimo de infra-estrutura. Há de se considerar que a oferta de Ensino Médio e de Ensino Superior exige patamares de qualidade e de eficiência na sua organização e funcionamento que deverão ser assegurados pelo poder público.
- *Ampliação da oferta de Ensino Médio e de Ensino Superior* – Essa ampliação deverá ocorrer em consequência da universalização e regularização do fluxo no Ensino Fundamental, o que gradualmente elevará a demanda pelos níveis subsequentes. Vale ressaltar que a ampliação da oferta deve atender aos patamares de qualidade exigidos por esses níveis. A ampliação da oferta deverá também considerar a inclusão de portadores de necessidades especiais.
- *Melhoria da qualidade de atendimento* – Essa melhoria de qualidade diz respeito a uma educação que promova a qualificação necessária à inserção no mundo produtivo, em contínua mudança, e nos processos participativos que consolidam uma sociedade democrática, através dos valores da liberdade, da solidariedade e da justiça social. No caso do Ensino Médio, há de se considerar a perspectiva de continuidade dos estudos no nível Superior.

Objetivos e metas – Outros níveis de ensino

OBJETIVOS	METAS	CRONOGRAMA									
		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1 Institucionalizar, fortalecer e ampliar a gestão participativa e democrática no Ensino Médio.	1.1- Fortalecer e ampliar mecanismos como conselhos, colegiados e grêmios estudantis para incentivar a participação da comunidade na gestão das escolas, durante todo o período de vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
	2.2- Apoiar e incentivar as organizações estudantis, como espaço de exercício a cidadania, durante todo o período de vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
2- Melhorar a qualidade da infraestrutura física, material e administrativa das instituições de Ensino Médio e Superior.	2.1 Definir e assegurar padrões mínimos infra-estrutura para o Ensino Médio e para instituições de Ensino Superior, de acordo com a realidade do município, no que se refere a instalações sanitárias, espaços para biblioteca, instalações para laboratórios de informática e de ciências, equipamentos didático- pedagógicos e espaços de lazer, nos três primeiros anos de vigência deste Plano.	#	#	#							
3- Ampliar a oferta do Ensino Médio e Superior	3.1 Assegurar a expansão da oferta, para o atendimento pleno da demanda de Ensino Médio, durante todo o período de vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
4- Melhorar a qualidade de atendimento nos serviços educacionais	4.1 Adaptar as escolas existentes, de forma a atender aos padrões mínimos estabelecidos, nos cinco primeiros anos de vigência deste Plano.	#	#	#	#	#					
	4.1 Rever a organização didático-pedagógica e administrativa do ensino noturno, adequando-a ao aluno-trabalhador, sem prejudicar a qualidade do ensino, nos dois primeiros anos de vigência deste Plano.	#	#								
5- Valorizar, qualificar e habilitar os profissionais da educação vinculados ao Ensino Médio.	5.1 Priorizar a formação continuada dos professores, durante toda a vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
	5.2- Incentivar o atendimento ou ingresso no Ensino Superior a todos os profissionais em exercício no ensino Médio, 50% até 2008 e 100% até o final da vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#

4.4 – Educação de Jovens e Adultos

Para o atendimento à Educação de Jovens e Adultos, faz-se necessária a cooperação a solidária do poder público com outros segmentos e com a comunidade em geral, pois se trata do resgate de oito anos de escolaridade do Ensino Fundamental, bem como da possibilidade de o acesso ao Ensino Médio. Dessa forma, observando o estabelecido no PNE, as diretrizes curriculares nacionais para essa modalidade e os problemas detectados no diagnóstico do município, constituirão diretrizes para a gestão educacional, no período de 2004 a 2014:

- *Gestão democrática e participativa* – A gestão educacional deverá incentivar e apoiar as organizações participativas e democráticas, fortalecendo, criando ou ampliando grêmios estudantis ou outras organizações que promovam o exercício de cidadania e a participação da comunidade escolar dessa modalidade de ensino.
- *Melhoria de condições de infra-estrutura* – A infra-estrutura deverá estar dimensionada em todos os seus aspectos, contemplando principalmente a especificidade do material pedagógico, a fim de atingir um padrão de qualidade no desenvolvimento das atividades que atendem essa modalidade de ensino.
- *Ampliação da oferta de EJA* – Essa ampliação visa à universalização e regularização de fluxo, buscando tanto a qualidade quanto a recuperação do tempo daqueles que não tiveram oportunidade de freqüentar a escola no tempo devido, de forma a assegurar continuação dos estudos nos níveis subseqüentes.
- *Valorização, qualificação e habilitação de profissionais* - Deverão fazer parte das políticas públicas do município para a EJA a valorização, qualificação e habilitação dos profissionais, com formação específica para a EJA, assegurando a qualidade da atuação desses profissionais e melhor aproveitamento dos educandos. Para tanto, a gestão municipal deverá, apoiar a formação continuada e a habilitação dos professores de EJA, bem como assegurar salários e condições dignas de trabalho.

Objetivos e metas – Educação de Jovens e Adultos

OBJETIVOS	METAS	CRONOGRAMA									
		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1. Institucionalizar, fortalecer e ampliar a gestão participativa e democrática.	1.1 Instituir grêmios estudantis nas instituições e assegurar o seu funcionamento, durante a vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
	1.2 Fortalecer e ampliar a participação de entidades, órgãos e instituições da sociedade na definição de políticas públicas e na gestão da EJA, durante a vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
2. Ampliar a oferta da Educação de Jovens e Adultos.	2.1 Assegurar a ampliação da oferta de EJA correspondente às quatro primeiras séries do Ensino Fundamental para 80% da demanda, nos cinco anos iniciais da vigência deste Plano.	#	#	#	#	#					
	2.2 Dobrar em 5 (cinco) anos e triplicar em 10 (dez) anos a capacidade de atendimento nos cursos do EJA.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
3. Valorizar, qualificar e habilitar os profissionais de educação vinculados à EJA	3.1 Capacitar os professores que atuam no EJA com a formação continuada e outros cursos, durante a vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
	3.2 Assegurar a habilitação dos professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos em todo o período de vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
4. Melhorar as condições de infra-estrutura física, material e administrativa das escolas que oferecem EJA.	4.1 Equipar as escolas com recursos tecnológicos para melhorar o atendimento da Educação de Jovens e Adultos, durante todo o período de vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
	4.2 Incluir, no currículo escolar de EJA, aulas de informática e assegurar a sua continuidade durante todo o período de vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
	4.3 Implantar uma biblioteca com acervos diversos disponibilizados para alunos de EJA, nos três anos iniciais de vigência deste Plano.	#	#	#							
	4.4 Atender a alunos de EJA com dificuldades visuais e necessidades odontológicas, através de parceria com a Secretaria de Saúde, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#

4.5 Educação Especial.

Em consonância com o estabelecido pela Constituição Federal e na legislação educacional, quanto à inclusão de portadores de necessidades especiais no sistema escolar de todos os níveis e modalidades, são definidas aqui as diretrizes que deverão nortear as políticas públicas de Educação Especial, em Santa Luz, nos próximos dez anos:

- *Valorização, qualificação e habilitação dos profissionais da educação* – No âmbito da Educação Especial, deverão ser definidas políticas públicas de educação dirigidas para o atendimento educacional de qualidade a essa clientela, para o que deverá ser propiciada formação continuada de professores que atuam nessa modalidade de ensino e garantidas condições de desenvolvimento de um trabalho pedagógico voltado para as suas características. É necessária, portanto, a promoção de capacitação específica para os docentes em exercício, a fim de concretizar a inclusão com qualidade de atendimento educacional.
- *Inclusão de portadores de necessidades especiais em classes regulares do sistema público de ensino* – A inclusão é um processo que requer esforço determinado das autoridades educacionais para a valorização e permanência dos alunos nas classes regulares, com orientação e apoio pedagógico, eliminando-se a nociva prática de encaminhamento para as classes especiais daqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem. Também cabe promover a integração desses alunos através aceitação das diferenças e eliminação do preconceito.
- *Melhoria da qualidade do atendimento da Educação Especial* – Considerando que os alunos portadores de necessidades especiais devem ser incluídos nas classes regulares do Ensino Fundamental, a eles deverão ser propiciadas todas as condições de aprendizagem, todo o suporte pedagógico necessário ao seu processo de construção do conhecimento, para o que a Educação Especial precisa atender a requisitos de qualidade. O poder público, pois deverá reservar recursos financeiros para esse fim.
- *Garantia de oferta de Educação Especial.* – A educação especial deverá ser incluída nas políticas públicas do município, de modo a se garantir os recursos e as condições para essa oferta.

Objetivos e metas – Educação Especial

OBJETIVOS	METAS	CRONOGRAMA									
		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1. Promover a inclusão de portadores de necessidades no sistema regular de ensino.	1.1 Ampliar em até 100%, até o final da década de vigência deste Plano, o atendimento à demanda por educação especial.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
2. Valorizar e qualificar os profissionais de educação que atuam na Educação Especial.	2.1 Oferecer a todos os professores em exercício na Educação Infantil e em outros níveis e modalidades de ensino, que atendem a portadores de necessidades especiais, cursos sobre o atendimento básico e educacional a essa clientela, nos cinco primeiros anos de vigência deste Plano.	#	#	#	#	#					
	2.2 Capacitar os professores em Braille e em Libras, a partir do segundo ano de vigência deste Plano.		#	#	#	#	#	#	#	#	#
	2.3 Assegurar a formação continuada dos profissionais de educação que atuam na Educação Especial, durante toda a vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
	2.4 Assegurar habilitação em nível superior a 50% dos professores de Educação Especial, nos cinco primeiros anos de vigência deste Plano, e a mais 50% desses professores, até o final da vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
3. Melhorar a qualidade de atendimento da Educação Especial.	3.1 Garantir a aplicação de testes de acuidade visual e auditiva em todas as instituições de educação, em parceria com a área de saúde, durante toda a vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
	3.2 Disponibilizar materiais pedagógicos para atender às diversas necessidades de alunos portadores de necessidades especiais, durante toda a vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
	3.3 Adaptar os currículos e reestruturar o sistema de avaliação nos três primeiros anos de vigência deste Plano.	#	#	#							
	3.4 Tornar disponíveis aos alunos com deficiência ou dificuldades de visão, livros de literatura em braille e em caracteres ampliados, em parceria com as áreas de Assistência Social e Cultura, ONGS, e outras instituições, nos cinco primeiros anos de vigência deste Plano.	#	#	#	#	#					
	3.5 Estabelecer padrões mínimos de infra-estrutura das escolas para o recebimento dos alunos especiais, nos três primeiros anos de vigência deste Plano.	#	#	#							

4.6 – Educação do Campo

Considerando as especificidades da Educação do Campo, os problemas detectados no diagnóstico sobre essa modalidade, no município de Santa Luz, e em cumprimento ao que estabelece o Art 28 da Lei nº 9394/96 e o Plano Nacional de Educação, são estabelecidas, para o período de 2005-2014, as seguintes diretrizes para as políticas públicas de educação do município:

- *Garantia de acesso e continuidade* – Na política educacional para a Educação do Campo, é imprescindível garantir a matrícula de todas as crianças em idade própria, além de assegurar a sua permanência e conclusão, com sucesso. Para isso, torna-se importante o transporte escolar eficiente e seguro para professores e alunos, a manutenção física das escolas, a disponibilidade de docentes e de pessoal de apoio, bem como o provimento de merenda escolar e de material didático.
- *Garantia de qualidade*. O município deverá promover a elaboração de uma proposta curricular para a Educação do Campo, garantir a elaboração e a implementação, nas escolas, de projetos políticos pedagógicos, que considerem as especificidades do campo, prover apoio pedagógico aos professores, através de equipes capacitadas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, garantir acesso a material didático adequado e prover mecanismos de controle da evasão e da repetência. Além disso, o poder público deverá fortalecer e ampliar os projetos específicos para a Educação do Campo.
- *Valorização e habilitação dos profissionais* – Nas políticas públicas para a Educação do Campo, a valorização dos profissionais de educação deverá ter destaque, através de condições dignas de trabalho e remuneração, bem como o apoio e incentivo à habilitação dos profissionais.
- *Melhoria de infra-estrutura* – A melhoria e a qualidade da infra-estrutura física, material e administrativa será fundamental para o funcionamento dessa modalidade de ensino, o que deverá tornar-se compromisso, desafio e prioridade do poder público.

Objetivos e metas – Educação do Campo

OBJETIVOS	METAS	CRONOGRAMA									
		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1. Garantir acesso, continuidade e conclusão dos estudos, na modalidade Educação do campo.	1.1 Definir políticas públicas para a Educação do Campo, no primeiro ano de vigência deste plano.	#									
	1.2 Elaborar Planos de Ação anuais para a Educação do Campo, considerando as políticas definidas e as metas deste Plano, para, em conjunto com outras secretarias do poder municipal, atender as diversas necessidades,	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
	1.3 Assegurar a matrícula de todas as crianças do campo em idade escolar, a partir do segundo ano de vigência deste Plano.		#	#	#	#	#	#	#	#	#
	1.4 Assegurar merenda e transporte escolar, durante todo o período de vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
	1.5 Prover as escolas do campo de professores e de pessoal de apoio, durante todo o período de vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
2. Garantir qualidade à educação do Campo.	2.1 Elaborar Diretrizes curriculares para a Educação do Campo, no Município, no primeiro ano de vigência deste Plano.	#									
	2.2 Elaborar projetos políticos pedagógicos em todas as escolas do campo, nos dois primeiros anos de vigência deste Plano.	#	#								
	2.3 Prover as escolas do campo de apoio pedagógico, durante todo o período de vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	
	2.4 Prover as escolas do campo de material didático, durante todo o período de vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	
	2.5 Prover mecanismos de superação da evasão e da repetência nas escolas do campo, durante todo o período de vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	
	2.6 Fortalecer e ampliar os projetos e programas específicos para a Educação do Campo, durante todo o período de vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	
3. Melhorar a infra-estrutura física, material e administrativa das escolas do campo.	3.1 Reformar e ampliar as escolas do campo, nos três primeiros anos de vigência deste Plano.	#	#	#							
	3.2 Garantir o provimento de materiais didático-pedagógicos para todas as escolas do campo a partir do primeiro ano de vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	

	3.3 Criar sistema de captação e tratamento de água nas escolas do campo, nos dois primeiros anos de vigência deste Plano.	#	#							
	3.4 Instalar energia elétrica nas escolas do campo desprovidas desse serviço, a partir do segundo ano de vigência deste Plano, até 2008.		#	#	#					
4. Valorizar e habilitar os profissionais que atuam na Educação do Campo.	4.1 Capacitar os professores que atuam na Educação do Campo com formação continuada e habilitação, a partir do segundo ano até o final de vigência deste Plano.		#	#	#	#	#	#	#	#
†	4.2- Assegurar ajuda de custo aos profissionais que atuam no campo, garantindo-lhes melhores condições de trabalho, no decorrer de toda a vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#

Objetivos e metas – Gestão do Sistema de Ensino

OBJETIVOS	METAS	CRONOGRAMA									
		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1. Promover a modernização administrativa da Secretaria Municipal de Educação.	1.1 Realizar levantamento de necessidades de informatização da Secretaria Municipal de Educação, no primeiro ano de vigência deste Plano.,	#									
	1.2 Continuar com a aquisição e instalação de equipamentos de informática adequados às necessidades, no período de 2005 a 2008.	#	#	#	#						
	1.3 Implementar a manutenção e a atualização dos equipamentos de informática, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
	1.4 Dar continuidade com o sistema de dados de demanda, de matrícula, de controle de pessoal e outros necessários, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
	1.5- Implantar o sistema de dados de demanda, de matrícula, de controle de pessoal e outros necessários das escolas com direção escolar a partir do primeiro ano de vigência deste plano.	#									
	1.6 Capacitar pessoal técnico administrativo e de apoio pedagógico em exercício na Secretaria Municipal de Educação, a partir do segundo ano de vigência deste Plano.		#	#	#	#	#	#	#	#	#
	1.7 Implantar procedimentos administrativos e rotinas que promovam a melhoria dos serviços da Secretaria Municipal de Educação, de 2006 a 2008.		#	#	#						
2. Assegurar um desempenho eficiente dos Conselhos da área educacional.	2.1 Promover a formação continuada de conselheiros da área educacional, durante a vigência deste Plano.	#	#	#	#	#	#	#	#	#	
3. Implantar o Fundo Municipal de Educação.	3.1 Desenvolver estudos sobre as condições para implantação do Fundo Municipal de Educação, em 2006 e 2007.	#	#								
	3.2 Implantar o Fundo Municipal de Educação de Santa Luz, no segundo ano de vigência deste Plano.		#								
	3.3- Implantar o setor pessoal da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para gerenciar o Funde Municipal de Educação, no segundo ano de vigência deste plano.		#								

4.7 Gestão do Sistema de Ensino

Tendo em vista as condições verificadas no diagnóstico sobre a situação educacional do município de Santa Luz, e considerando o que estabelece o Plano Nacional de Educação e as metas estabelecidas neste Plano, constituirão compromissos assumidos pela gestão educacional as seguintes diretrizes, para o período de 2005 – 2014:

- 1- *Melhoria da qualidade da gestão da educação municipal.* O atendimento educacional de qualidade, no âmbito do poder municipal, exige que a Secretaria de Educação disponha de infra-estrutura, processos administrativos e quadro de pessoal dirigidos para o provimento da eficiência e da qualidade dos serviços. Assim, devem estar no horizonte da gestão municipal a informatização, a criação de sistemas de dados, a capacitação de pessoal, a melhoria dos processos administrativos, com a reorganização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, bem como a construção da sua sede própria.
2. *Desempenho eficiente dos órgãos de controle social das políticas públicas de educação.* O exercício eficiente em Conselhos da área educacional exige de seus membros, não apenas condições de infra-estrutura para o seu funcionamento, mas, sobretudo, um preparo específico permanente dos conselheiros, que deve se voltar para a função desses órgãos e para as formas de controle específico da sociedade sobre a definição e implementação de políticas públicas.
3. *Criação do Fundo Municipal de Educação* – Tendo em vista o período de abrangência deste Plano e considerando que Santa Luz já instituiu seu Sistema Municipal de Educação, deve compor o horizonte dos objetivos da educação a implantação do Fundo Municipal de Educação.

5. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Considerando os processos participativos que caracterizaram a elaboração deste Plano, torna-se importante que esses processos sejam preservados no acompanhamento e na avaliação da sua execução. Trata-se, portanto, de viabilizar o controle social das políticas públicas de educação por parte da sociedade, através do acompanhamento e avaliação da execução do Plano Municipal de Educação de Santa Luz.

Com essa finalidade, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e o Conselho Municipal de Educação deverão tomar as seguintes medidas:

1. *Quanto ao acompanhamento da execução do Plano* – Deverá ser criada uma Comissão de Acompanhamento da Execução do Plano Municipal de Educação, composta por dois representantes (titular e suplente) de cada uma das instâncias abaixo indicadas:

- Representação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura
- Representação do Conselho Municipal de Educação
- Representação do Conselho do FUNDEF
- Representação da Comissão de Coordenação da Elaboração do PME

O acompanhamento diz respeito à vigilância contínua do processo de operacionalização das metas estabelecidas no PME, através do registro, da sistematização e análise do desenvolvimento dessas metas, de modo a comparar o que foi estabelecido e o que está sendo executado. É importante criar uma forma de registro que facilite a comparação entre o que foi planejado e o que está sendo executado, de acordo com o cronograma existente no Plano, bem como os entraves e dificuldades para a operacionalização das metas estabelecidas, dentre outros aspectos.

2. *Quanto à avaliação periódica da execução do Plano* – Esse processo refere-se a um balanço periódico dos resultados que estão sendo alcançados, e tem um caráter mais

abrangente, ou seja, constitui um exercício de replanejamento e reformulações, quando isso se fizer necessário. Do mesmo modo que no processo de elaboração do Plano, deve-se manter o princípio da participação ampla da sociedade civil, através de seus representantes, bem como da Comissão de Coordenação da elaboração do Plano e da Comissão de Acompanhamento. Para isso, anualmente (de preferência no final do ano), devem ser realizados encontros com os diversos segmentos da Comunidade Local, para fazer um balanço dos resultados alcançados. Esse balanço deverá ser a base para a elaboração do Plano Operacional do ano seguinte, e assim sucessivamente.